

Sobral, Bruno Leonardo Barth

Working Paper

Ciclo e crise: Limites à capacidade de um crescimento econômico sustentado na periferia metropolitana do Rio de Janeiro diante do ciclo recente de grandes investimentos

Texto para Discussão, No. 2143

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Sobral, Bruno Leonardo Barth (2015) : Ciclo e crise: Limites à capacidade de um crescimento econômico sustentado na periferia metropolitana do Rio de Janeiro diante do ciclo recente de grandes investimentos, Texto para Discussão, No. 2143, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/129918>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

2143

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**CICLO E CRISE: LIMITES À
CAPACIDADE DE UM CRESCIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTADO NA
PERIFERIA METROPOLITANA DO RIO
DE JANEIRO DIANTE DO CICLO
RECENTE DE GRANDES
INVESTIMENTOS**

Bruno Leonardo Barth Sobral

ipea

CICLO E CRISE: LIMITES À CAPACIDADE DE UM CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO NA PERIFERIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO DIANTE DO CICLO RECENTE DE GRANDES INVESTIMENTOS¹

Bruno Leonardo Barth Sobral²

1. A execução da pesquisa se beneficiou de bolsa de pesquisa oferecida pelo Ipea. Em especial, o autor agradece pelo suporte da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea e pela supervisão de seu diretor, Cláudio Hamilton Matos dos Santos. Evidentemente, toda a responsabilidade pelo conteúdo do texto é do autor.

2. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/Uerj); e mestre e doutor em desenvolvimento econômico, com especialização em economia regional e urbana, pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp).

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro Nelson Barbosa

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Alexandre dos Santos Cunha

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Roberto Dutra Torres Junior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Marco Aurélio Costa

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

André Bojikian Calixtre

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Brand Arenari

Chefe de Gabinete

José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: H54; O14; O18; R11; R12; R53; R58.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO “VAZIO PRODUTIVO” RELATIVO DA PERIFERIA DA RM DO RIO DE JANEIRO	8
3 OS PROBLEMAS ECONÔMICOS DA PERIFERIA DA RM DO RIO DE JANEIRO DENTRO DE UMA PERSPECTIVA MAIS AMPLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	18
4 A DINÂMICA DO RECENTE CICLO DE GRANDES INVESTIMENTOS NA PERIFERIA DA RM DO RIO DE JANEIRO SOB O PONTO DE VISTA DAS DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO INTRA E INTERSETORIAL	26
5 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXO ESTATÍSTICO	42

SINOPSE

A região metropolitana (RM) do Rio de Janeiro possui uma estrutura urbana “macrocefálica”, na qual a hinterlândia mantém-se “à sombra da metrópole”, com outras centralidades reduzidas. Todavia, no período recente, houve o advento de grandes projetos de investimento em sua periferia, notadamente nos setores siderúrgico, derivados de petróleo e gás natural, naval e de logística. Portanto, cabe interrogar qual o potencial que esse ciclo possui para alavancar um crescimento econômico regional sustentado diante das especificidades da RM do Rio de Janeiro. Em particular, espera-se evidenciar que o potencial do atual ciclo de investimentos esbarra em suas próprias insuficiências estruturais dinâmicas, que são amplificadas pela problemática metropolitana fluminense, como a pouca densidade produtiva da periferia da região e suas graves carências de infraestruturas.

Palavras-chave: região metropolitana; Rio de Janeiro; processo de crescimento; vazios produtivos; infraestrutura básica; ciclo de investimento.

ABSTRACT

The metropolitan region of Rio de Janeiro has an urban structure “macrocefálica” in which the hinterland remains “the shadow of the metropolis” with other reduced centrality. However, in the recent period, there was the advent of large investment projects in its periphery, notably in the steel, oil and gas, shipbuilding and logistics. So it should ask what the potential that this cycle has to leverage a regional sustained economic growth on the specifics of RMRJ. In particular, it is expected to show that the potential of the current investment cycle is limited in their own dynamic structural weaknesses that are amplified by the Rio de Janeiro metropolitan problems, such as low density of productive periphery of the RMRJ and its severe infrastructure deficiencies.

Keywords: Metropolitan region; Rio de Janeiro; growth process; productive empty; basic infrastructure; investment cycle.

A finalidade social de um investimento bem orientado deveria ser o domínio das forças obscuras do tempo e da ignorância que rodeia nosso futuro. O objetivo real e secreto dos investimentos mais habitualmente efetuados em nossos dias é “sair disparado na frente”, como se diz coloquialmente.

Keynes, 1983, p. 114

1 INTRODUÇÃO

As raízes da formação econômica fluminense configuraram um território esgarçado, no qual não se tornaram coincidentes os “sentidos” históricos da economia urbana do núcleo principal, o município do Rio de Janeiro, e de sua economia regional circunvizinha. O padrão de urbanização foi marcado historicamente por uma radical polarização em torno da primazia daquele núcleo que se metropolizou precocemente. Contudo, a configuração dessa região não se desdobrou em um forte processo de interiorização econômica, por exemplo, como ocorrido em São Paulo e em Minas Gerais. Ao contrário, a região metropolitana (RM) do Rio de Janeiro possui uma estrutura urbana “macrocefálica”, na qual a hinterlândia mantém-se “à sombra da metrópole” com outras centralidades reduzidas. Na visão de Abreu (1987, p.17-18):

o modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infraestrutura à medida que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda (...). O suporte urbano facilitou o desenvolvimento de um complexo urbano compartimentado, onde estão concretizadas as estratificações projetadas a partir de outros níveis (espaços econômico e social).

É importante questionar a natureza desse processo de metropolização, até o momento incapaz de consolidar um complexo regional polinucleado capaz de reduzir suas disparidades socioeconômicas gritantes. Isso ganha importância com o advento de grandes projetos de investimento em sua periferia no período recente, notadamente nos setores siderúrgico, de derivados de petróleo e gás natural, naval e de logística. Portanto, cabe interrogar sobre o potencial que esse ciclo possui para alavancar um crescimento econômico regional sustentado diante das especificidades da RM do Rio de Janeiro.

Na segunda seção, serão apontados os traços principais da base econômica regional e sua dinâmica recente, a fim de ressaltar o relativo “vazio produtivo” na periferia da RM do Rio de Janeiro. Na terceira seção, serão abordados alguns indicadores sociais e de infraestrutura que permitem destacar a segregação ampliada da força de trabalho, a carência de infraestrutura básica e a perda de perspectiva futura para jovens. Na quarta seção, serão discutidos entraves à capacidade do ciclo recente de grandes investimentos de configurar setores líderes e consolidar a recuperação da economia fluminense após décadas de decadência real. Dessa forma, espera-se evidenciar que o potencial desse ciclo esbarra em suas próprias insuficiências estruturais dinâmicas, que são amplificadas pela problemática metropolitana fluminense, como a pouca densidade produtiva da periferia da região e suas graves carências de infraestruturas.

2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO “VAZIO PRODUTIVO” RELATIVO DA PERIFERIA DA RM DO RIO DE JANEIRO

Em perspectiva histórica, o desempenho da economia do estado do Rio de Janeiro é preocupante. Entre 1985-2012, a expansão do emprego formal total foi a mais baixa entre todas as Unidades da Federação (UF). Conforme tabela 1, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), sua variação foi de 66,9%, resultado que representa menos da metade da média nacional, 131,6%. Cabe assinalar que esse desempenho só não foi pior por causa da elevada expansão da indústria extrativa mineral, puxada pela exploração de petróleo e gás natural. Esta indústria foi o único macrossetor a ter uma variação superior à média nacional (respectivamente, 196,4% e 65,9%).

TABELA 1
Variação percentual do total de empregos formais por macrossetores em unidades territoriais selecionadas (1985-2012)

Unidades territoriais	Agropecuária	Extração mineral	Indústria de transformação	Siup ¹	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Total
Município do Rio de Janeiro	-15,2	100,3	-38,2	5,5	80,3	74,9	61,8	1,7	31,8
Periferia da RM do Rio de Janeiro	24,3	137,3	35,8	89,2	778,8	185,5	196,3	133,6	156,6
Periferia da RM de São Paulo	310,8	56,3	-0,2	389,7	472,5	390,0	256,6	313,0	122,2
Periferia da RM de Belo Horizonte	261,3	28,5	127,6	173,8	509,4	656,8	342,8	399,4	261,2
RM do Rio de Janeiro	1,5	107,5	-22,5	12,8	149,1	101,0	79,8	15,4	50,9
RM de São Paulo	148,4	11,3	-22,8	19,6	145,7	193,4	166,0	56,7	78,6
RM de Belo Horizonte	201,3	15,9	82,8	29,7	103,4	239,9	168,0	79,1	126,6
Estado do Rio de Janeiro	145,6	196,4	-10,7	23,0	173,0	126,7	92,8	35,6	66,9
Brasil	339,0	65,9	56,3	44,5	229,8	251,7	167,3	103,3	131,6

Fonte: Rais/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nota: ¹ Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Em um contexto de desindustrialização nacional, o grau de enfraquecimento de sua estrutura produtiva superou os efeitos mais gerais da “crise estrutural brasileira” (Cano, 2011; 2014). No mesmo período, é reveladora a redução de 10,7% do emprego formal na indústria de transformação, enquanto houve uma expansão de 56,3% na média nacional. Como consequência, a indústria de transformação fluminense deixa de ser a segunda para se tornar a sexta mais empregadora do país, ficando atrás de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A tabela 2 mostra que isso não se refere apenas a uma perda de competitividade relativa, mas a uma retração real do nível de empregos, ao contrário dos demais casos (entre 1985 e 2012, redução de 520.334 ocupações para 464.796).¹

TABELA 2
Número de empregos formais na indústria de transformação e posição (*ranking*) entre as UFs selecionadas (1985-2012)

Estados	1985		2012	
	Número de empregos	Posição	Número de empregos	Posição
São Paulo	2.492.802	1	2.820.813	1
Rio de Janeiro	520.334	2	464.796	6
Rio Grande do Sul	502.318	3	733.387	3
Minas Gerais	392.529	4	841.694	2
Santa Catarina	286.345	5	641.212	5
Paraná	235.514	6	678.080	4

Fonte: Rais/MTE.

Retomando a análise da tabela 1, nota-se que a especificidade do problema envolve uma questão metropolitana. Entre 1985 e 2012, a expansão do emprego total para a periferia da RM do Rio de Janeiro é maior que para a periferia da RM de São Paulo e para média nacional (respectivamente, 156,6%, 122,2% e 131,6%). Contudo, esse desempenho não se deveu à indústria de transformação, cuja geração de empregos foi abaixo da média nacional (35,8% contra 56,3%). Nesse período, a expansão mais notável foi na construção civil, com uma variação de 778,8%.

Chama atenção que, no mesmo período, a evolução do emprego formal na indústria de transformação para a periferia da RM do Rio de Janeiro é positiva (35,8%), ao contrário do resultado para o município do Rio de Janeiro, a RM do Rio de Janeiro e a média estadual

1. Segundo Sobral (2013), vem ocorrendo uma expressiva concentração da estrutura industrial fluminense em atividades menos intensivas em mão de obra, a saber: cada vez mais especializada na produção de *commodities* e redução do peso relativo da produção de bens tradicionais.

(respectivamente, -38,2%, -22,5% e -10,7%). Contudo, é importante ter cautela com os efeitos em termos de desconcentração produtiva regional. Como mostram as tabelas 3 e 4, o município do Rio de Janeiro tem mais empregos formais e número de estabelecimentos na indústria de transformação que toda a periferia da RM do Rio de Janeiro. Respectivamente, 191.917 ocupações e 7.168 unidades perante 113.813 ocupações e 4.872 unidades. Somente quatro municípios da periferia da RM do Rio de Janeiro possuem um número expressivo de empregos formais na indústria de transformação: Duque de Caxias (31.899), Niterói (17.868), São Gonçalo (15.092) e Nova Iguaçu (12.794). Da mesma forma, em 2012, esses quatro municípios são aqueles com maior número de estabelecimentos: respectivamente, 1.046, 588, 866 e 476 unidades.

TABELA 3
Número de empregos formais por macrossetores em unidades territoriais selecionadas (2012)

Unidades territoriais	Agropecuária	Extração mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Total
Belford Roxo	2	1	2.689	94	2.075	7.992	9.522	10.222	32.597
Cachoeiras de Macacu	765	41	1.322	246	194	1.764	2.197	2.728	9.257
Duque de Caxias	85	285	31.899	587	6.332	41.389	75.403	17.009	172.989
Guapimirim	107	12	718	60	68	1.504	957	1.210	4.636
Itaboraí	216	93	5.204	71	16.538	7.389	10.392	4.369	44.272
Itaguaí	113	395	2.706	33	13.201	5.160	7.618	9.226	38.452
Japeri	5	45	697	108	227	1.153	718	3.061	6.014
Magé	53	204	2.480	290	1.349	6.954	4.753	6.256	22.339
Maricá	88	81	1.153	7	323	4.259	4.035	2.651	12.597
Mesquita	0	0	1.467	0	410	2.881	8.604	2.327	15.689
Nilópolis	0	0	1.456	6	732	5.141	7.067	5.081	19.483
Niterói	361	1.251	17.868	4.367	11.542	37.069	104.518	11.885	188.861
Nova Iguaçu	70	220	12.794	323	3.268	30.834	32.750	20.512	100.771
Paracambi	31	3	731	1	92	1.286	877	1.374	4.395
Queimados	2	117	6.742	24	10.449	3.303	3.386	2.186	26.209
Rio Bonito	430	30	1.745	6	2.703	3.247	10.665	2.573	21.399
São Gonçalo	190	162	15.092	1.068	5.790	34.617	41.493	13.469	111.881
São João de Meriti	17	0	5.196	30	876	17.446	28.008	6.593	58.166
Seropédica	38	497	1.278	74	922	1.794	4.813	3.037	12.453
Tanguá	75	116	576	17	239	707	1.145	986	3.861
Periferia da RM do Rio de Janeiro	2.648	3.553	113.813	7.412	77.330	215.889	358.921	126.755	906.321
Periferia da RM de São Paulo	8.208	4.470	626.077	19.534	107.054	467.776	952.395	186.067	2.371.581
Periferia da RM de Belo Horizonte	5.643	14.169	175.077	1.588	42.941	123.303	161.811	64.865	589.397
Município do Rio de Janeiro	2.469	12.479	191.917	43.286	145.256	427.268	1.270.519	478.850	2.572.044
RM do Rio de Janeiro	5.117	16.032	305.730	50.698	222.586	643.157	1.629.440	605.605	3.478.365
RM de São Paulo	14.827	7.454	1.199.920	49.714	416.839	1.399.391	3.455.612	1.065.082	7.608.839
RM de Belo Horizonte	10.838	17.242	254.015	25.474	183.874	320.379	783.485	405.237	2.000.544

Fonte: Rais/MTE.

TABELA 4
Número de estabelecimentos por macrossetores em unidades territoriais selecionadas (2012)

Unidades territoriais	Agropecuária	Extração mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Total
Belford Roxo	2	1	213	6	139	1.096	698	3	2.158
Cachoeiras de Macacu	238	3	69	5	23	307	216	3	864
Duque de Caxias	25	16	1.046	29	353	4.244	3.221	9	8.943
Guapimirim	25	4	47	2	13	218	161	2	472
Itaboraí	75	10	216	3	121	924	739	1	2.089
Itaguaí	28	22	90	1	86	696	599	5	1.527
Japeri	2	2	27	2	20	165	97	2	317
Magé	26	5	154	6	83	988	602	2	1.866
Maricá	34	10	97	1	44	701	568	5	1.460
Mesquita	0	0	97	0	38	385	301	2	823
Nilópolis	0	0	109	1	60	726	676	3	1.575
Niterói	57	5	588	22	409	4.440	7.541	145	13.207
Nova Iguaçu	16	5	476	7	246	3.294	2.762	13	6.819
Paracambi	16	1	50	1	14	222	155	4	463
Queimados	1	6	67	4	52	436	278	1	845
Rio Bonito	137	3	126	3	78	523	713	3	1.586
São Gonçalo	18	6	866	12	320	3.974	3.141	17	8.354
São João de Meriti	6	0	455	3	107	1.898	1.367	4	3.840
Seropédica	8	51	45	2	47	225	172	1	551
Tanguá	39	4	34	1	15	113	83	2	291
Periferia da RM do Rio de Janeiro	753	154	4.872	111	2.268	25.575	24.090	227	58.050
Periferia da RM de São Paulo	1.524	112	16.538	272	5.817	53.582	49.789	152	127.786
Periferia da RM de Belo Horizonte	1.878	183	5.067	67	3.036	16.049	12.792	88	39.160
Município do Rio de Janeiro	418	180	7.168	282	4.305	43.031	79.218	310	134.912
RM do Rio de Janeiro	1.171	334	12.040	393	6.573	68.606	103.308	537	192.962
RM de São Paulo	2.251	203	46.654	719	18.468	163.521	186.576	380	418.772
RM de Belo Horizonte	2.632	279	10.717	193	9.178	43.557	52.486	203	119.245

Fonte: Rais/MTE.

Além disso, uma grave diferença da periferia da RM do Rio de Janeiro para as periferias das RMs de Belo Horizonte e de São Paulo seria o menor peso da indústria de transformação no emprego total. Conforme a tabela 5, em 2012, essa participação relativa na periferia da RM do Rio de Janeiro (12,6%) era menos que a metade do peso nas periferias da RM de São Paulo (26,4%) e da RM de Belo Horizonte (29,7%). Em 2012, todos os municípios da periferia da RM do Rio de Janeiro possuíam menos que 20% do total de empregos formais na indústria de transformação, com exceção de

Queimados (25,7%). A maioria das ocupações da periferia da RM do Rio de Janeiro é referente ao setor de serviços. Ainda segundo a tabela 5, em 2012, as atividades deste setor correspondiam a 39,6% do total de empregos formais (já excluindo o peso do comércio e da administração pública).

TABELA 5
Participação percentual de cada macrossetor no total de empregos formais, em unidades territoriais selecionadas (2012)

Unidades territoriais	Agropecuária	Extração mineral	Indústria de transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Total
Belford Roxo	0,0	0,0	8,2	0,3	6,4	24,5	29,2	31,4	100
Cachoeiras de Macacu	8,3	0,4	14,3	2,7	2,1	19,1	23,7	29,5	100
Duque de Caxias	0,0	0,2	18,4	0,3	3,7	23,9	43,6	9,8	100
Guapimirim	2,3	0,3	15,5	1,3	1,5	32,4	20,6	26,1	100
Itaboraí	0,5	0,2	11,8	0,2	37,4	16,7	23,5	9,9	100
Itaguaí	0,3	1,0	7,0	0,1	34,3	13,4	19,8	24,0	100
Japeri	0,1	0,7	11,6	1,8	3,8	19,2	11,9	50,9	100
Magé	0,2	0,9	11,1	1,3	6,0	31,1	21,3	28,0	100
Maricá	0,7	0,6	9,2	0,1	2,6	33,8	32,0	21,0	100
Mesquita	0,0	0,0	9,4	0,0	2,6	18,4	54,8	14,8	100
Nilópolis	0,0	0,0	7,5	0,0	3,8	26,4	36,3	26,1	100
Niterói	0,2	0,7	9,5	2,3	6,1	19,6	55,3	6,3	100
Nova Iguaçu	0,1	0,2	12,7	0,3	3,2	30,6	32,5	20,4	100
Paracambi	0,7	0,1	16,6	0,0	2,1	29,3	20,0	31,3	100
Queimados	0,0	0,4	25,7	0,1	39,9	12,6	12,9	8,3	100
Rio Bonito	2,0	0,1	8,2	0,0	12,6	15,2	49,8	12,0	100
São Gonçalo	0,2	0,1	13,5	1,0	5,2	30,9	37,1	12,0	100
São João de Meriti	0,0	0,0	8,9	0,1	1,5	30,0	48,2	11,3	100
Seropédica	0,3	4,0	10,3	0,6	7,4	14,4	38,6	24,4	100
Tanguá	1,9	3,0	14,9	0,4	6,2	18,3	29,7	25,5	100
Periferia da RM do Rio de Janeiro	0,3	0,4	12,6	0,8	8,5	23,8	39,6	14,0	100
Periferia da RM de São Paulo	0,3	0,2	26,4	0,8	4,5	19,7	40,2	7,8	100
Periferia da RM de Belo Horizonte	1,0	2,4	29,7	0,3	7,3	20,9	27,5	11,0	100
Município do Rio de Janeiro	0,1	0,5	7,5	1,7	5,6	16,6	49,4	18,6	100
RM do Rio de Janeiro	0,1	0,5	8,8	1,5	6,4	18,5	46,8	17,4	100
RM de São Paulo	0,2	0,1	15,8	0,7	5,5	18,4	45,4	14,0	100
RM de Belo Horizonte	0,5	0,9	12,7	1,3	9,2	16,0	39,2	20,3	100
Estado do Rio de Janeiro	0,5	1,1	10,4	1,4	6,4	19,1	43,7	17,3	100
Brasil	3,1	0,5	17,2	0,9	6,0	19,4	34,1	18,8	100

Fonte: Rais/MTE.

Em vez de refletir vantagens competitivas, Ribeiro (1999, p. 15) alertou que: “a economia fluminense vem historicamente apresentando sinais de uma terciarização² deformada por não refletir o avanço de uma divisão do trabalho, nem em nível metropolitano e tampouco regional (...)”. Parte desse fenômeno se explica por se tratar, em grande maioria, de serviços não indutores.³ Nesse sentido, o fenômeno reflete a menor estruturação de um complexo econômico regional, o que poderia articular uma dinâmica intra e intersetorial mais consistente, tendo como núcleo dinâmico o entrelaçamento de diversos encadeamentos no território (como será discutido na quarta seção).

Especificamente, as oportunidades de emprego qualificado são restritas na periferia da RM do Rio de Janeiro. Quanto ao nível de escolaridade no setor privado, conforme a tabela 6, em 2012, boa parte dos empregados formalmente possui ensino médio completo (46,70%). Em ocupações de nível superior completo, a participação no emprego total foi de somente 8,67%. Este valor é menor que os resultados para a periferia da RM de São Paulo, para a periferia da RM de Belo Horizonte e para a média nacional (respectivamente, 12,87%, 10,72% e 11,74%). Entre os municípios, o grande destaque foi Niterói (12,54%). Contudo, em todos os casos, os resultados foram inferiores aos do município do Rio de Janeiro (17,76%).

Da mesma forma, as oportunidades de maior remuneração também são restritas na periferia da RM do Rio de Janeiro. Quanto ao salário médio no setor privado, segundo a tabela 7, em 2012, este correspondia a R\$ 1.462,99 na periferia da RM do Rio de Janeiro. Novamente, os resultados foram piores que na periferia da RM de São Paulo, na periferia da RM de Belo Horizonte e na média nacional (respectivamente, R\$ 2.023,22, R\$ 1.692,89 e R\$ 1.666,51). Entre os municípios, os principais destaques foram Itaguaí (R\$ 2.163,18), Itaboraí (R\$ 1.882,84) e Seropédica (R\$ 1.666,93). É preciso, contudo, ponderar que, mesmo nesses casos, os resultados foram inferiores aos do município do Rio de Janeiro (R\$ 2.221,19).

2. Não confundir com terceirização, fenômeno de natureza distinta, que é associado à estratégia empresarial. Terciarização se refere ao “inchamento” do setor de serviços (terciário) diante dos limites encontrados para a incorporação de mão de obra disponível na estrutura produtiva com o aumento da base urbana regional. Cabe lembrar que, se fosse considerado o apreciável contingente de emprego “informal”, o peso do setor de serviços verificado seria ainda mais acentuado.

3. Sobral (2013) apontou que a estrutura do setor terciário fluminense está mais voltada para prestação de serviços sociais e pessoais do que serviços produtivos, tecnológicos e de distribuição.

TABELA 6
Nível de escolaridade por percentual do total de empregados formais no setor privado de unidades territoriais selecionadas (2012)

Unidades territoriais	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
Belford Roxo	14,78	19,21	9,19	46,37	2,23	8,22	100,00
Cachoeiras de Macacu	20,81	18,36	8,09	44,57	2,19	5,98	100,00
Duque de Caxias	16,94	19,34	9,23	42,38	3,33	8,78	100,00
Guapimirim	20,44	19,88	8,53	43,88	2,25	5,02	100,00
Itaboraí	23,26	17,30	10,51	40,70	1,92	6,31	100,00
Itaguaí	21,73	13,95	8,67	45,75	2,01	7,89	100,00
Japeri	20,55	19,12	9,34	40,96	2,28	7,74	100,00
Magé	15,80	17,70	8,55	49,96	2,06	5,93	100,00
Maricá	13,70	19,94	9,70	47,86	2,01	6,78	100,00
Mesquita	13,91	26,84	11,62	39,22	1,51	6,91	100,00
Nilópolis	12,46	15,76	9,11	50,88	2,09	9,69	100,00
Niterói	16,11	13,23	8,45	46,30	3,37	12,54	100,00
Nova Iguaçu	13,23	17,32	9,68	49,37	2,38	8,02	100,00
Paracambi	15,37	10,56	10,17	53,05	2,63	8,22	100,00
Queimados	9,83	11,65	7,82	63,96	1,81	4,93	100,00
Rio Bonito	22,26	16,40	9,41	42,69	2,78	6,46	100,00
São Gonçalo	13,40	16,93	9,21	50,73	2,25	7,49	100,00
São João de Meriti	13,42	20,08	9,71	47,87	2,08	6,84	100,00
Seropédica	14,29	16,46	11,64	48,47	2,33	6,81	100,00
Tanguá	19,76	21,67	10,09	42,40	1,84	4,24	100,00
Periferia da RM do Rio de Janeiro	15,87	16,91	9,19	46,70	2,66	8,67	100,00
Periferia da RM de São Paulo	11,62	11,08	7,96	52,12	4,34	12,87	100,00
Periferia da RM de Belo Horizonte	16,61	15,42	10,32	44,06	2,86	10,72	100,00
Município do Rio de Janeiro	14,07	14,63	7,37	41,48	4,68	17,76	100,00
RM do Rio de Janeiro	14,56	15,24	7,86	42,89	4,14	15,31	100,00
RM de São Paulo	11,48	10,96	7,62	47,10	5,28	17,57	100,00
RM de Belo Horizonte	16,63	13,56	9,25	44,19	3,72	12,64	100,00
Estado do Rio de Janeiro	15,04	15,49	8,16	43,12	3,81	14,37	100,00
Região Sudeste	14,79	13,23	8,59	45,82	4,04	13,53	100,00
Brasil	15,73	12,75	9,04	46,66	4,08	11,74	100,00

Fonte: Rais/MTE.

TABELA 7
Salário médio dos trabalhadores formais no setor privado de unidades territoriais selecionadas (2012)
(Em R\$)

Unidades territoriais	Salário médio
Belford Roxo	1.384,54
Cachoeiras de Macacu	1.315,49
Duque de Caxias	1.599,84
Guapimirim	1.131,63
Itaboraí	1.882,84
Itaguaí	2.163,18
Japeri	1.125,93
Magé	1.162,00
Maricá	1.088,65
Mesquita	1.225,15
Nilópolis	1.088,52
Niterói	1.645,21
Nova Iguaçu	1.218,80
Paracambi	1.086,42
Queimados	1.437,48
Rio Bonito	1.196,28
São Gonçalo	1.219,72
São João de Meriti	1.137,68
Seropédica	1.666,93
Tanguá	1.239,89
Periferia da RM do Rio de Janeiro	1.462,99
Periferia da RM de São Paulo	2.023,22
Periferia da RM de Belo Horizonte	1.692,89
Município do Rio de Janeiro	2.221,19
RM do Rio de Janeiro	2.016,91
RM de São Paulo	2.269,70
RM de Belo Horizonte	1.689,55
Estado do Rio de Janeiro	1.990,44
Brasil	1.666,51

Fonte: Rais/MTE.

É preciso ter claro que não há a superação de um estigma de “cidade-dormitório” para o conjunto da periferia metropolitana. Os efeitos da articulação econômica na RM do Rio de Janeiro ficam limitados por uma grande heterogeneidade interna, explicitada por uma relação centro-periferia e por uma dependência não desprezível da oferta de trabalho na capital fluminense (município do Rio de Janeiro). Tomando

como indicador o peso do emprego formal no setor privado sobre o total da população, segundo a tabela 8, em 2012, o percentual para a periferia da RM do Rio de Janeiro era apenas 13,39%, enquanto para a periferia da RM de São Paulo era 25,38% e para a periferia da RM de Belo Horizonte era 20,23%. Já considerando como indicador o peso do emprego industrial sobre o total da população, conforme a tabela 9, a situação é ainda mais grave: 2,06% para a periferia da RM do Rio de Janeiro, enquanto para a periferia da RM de São Paulo era 7,35% e para a periferia da RM de Belo Horizonte era 7,37%. Como mostram as respectivas tabelas, a maioria dos municípios da periferia da RM de Rio de Janeiro estava nas piores posições para ambos os indicadores, sendo a situação mais crítica no caso do emprego industrial.

TABELA 8
Ranking dos municípios com 50 mil ou mais habitantes das periferias das RMs do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte segundo percentual de emprego formal por total da população (2012)

Unidades territoriais	Participação do emprego no total da população (%)	Unidades territoriais	Participação do emprego no total da população (%)
1 Barueri	96,55	34 Mauá	14,24
2 São Caetano do Sul	75,03	35 Vespasiano	13,21
3 Cajamar	58,59	36 Itapecerica da Serra	12,29
4 Nova Lima	51,80	37 Cachoeiras de Macacu	11,62
5 Santana de Parnaíba	49,73	38 São João de Meriti	11,21
6 Cotia	35,68	39 Itaquaquecetuba	10,72
7 São Bernardo do Campo	33,89	40 Embu-Guaçu	10,71
8 Rio Bonito	33,34	41 Santa Luzia	10,45
9 Niterói	33,22	42 Carapicuíba	10,22
10 Poá	31,92	43 Nova Iguaçu	10,05
11 Contagem	30,58	44 Ferraz de Vasconcelos	10,04
12 Santo André	28,31	45 Sabará	9,92
13 Betim	27,87	46 São Gonçalo	9,67
14 Diadema	26,72	47 Nilópolis	9,10
15 Itaguaí	25,82	48 Franco da Rocha	8,82
16 Pedro Leopoldo	25,56	49 Seropédica	8,67
17 Guarulhos	25,13	50 Mesquita	7,88
18 Arujá	24,47	51 Ibirité	7,71
19 Caieiras	24,20	52 Esmeraldas	7,57
20 Mogi das Cruzes	23,60	53 Maricá	7,35
21 Osasco	22,95	54 Magé	6,97
22 Taboão da Serra	19,95	55 Guapimirim	6,40
23 Lagoa Santa	18,70	56 Ribeirão das Neves	6,01

(Continua)

(Continuação)

Unidades territoriais	Participação do emprego no total da população (%)	Unidades territoriais	Participação do emprego no total da população (%)
24 Santa Isabel	18,58	57 Belford Roxo	4,71
25 Duque de Caxias	17,99	58 Francisco Morato	4,16
26 Itaboraí	17,92	59 Japeri	3,02
27 Ribeirão Pires	17,60	- Periferia da RM do Rio de Janeiro	13,39
28 Suzano	17,42	- Periferia da RM de São Paulo	25,38
29 Queimados	17,11	- Periferia da RM de Belo Horizonte	20,23
30 Embu	16,28	- RM do Rio de Janeiro	23,43
31 Itapevi	15,80	- RM de São Paulo	32,45
32 Jandira	15,33	- RM de Belo Horizonte	31,53
33 Mairiporã	14,79		

Fonte: Censo Demográfico 2010/ IBGE; Rais/MTE.

TABELA 9

Ranking dos municípios com 50 mil ou mais habitantes das periferias das RMs do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte segundo percentual de emprego formal na indústria por total da população (2012)

Unidades territoriais	Participação do emprego industrial no total da população (%)	Unidades territoriais	Participação do emprego industrial no total da população (%)
1 Cajamar	19,97	34 Santa Luzia	3,97
2 São Caetano do Sul	18,49	35 Niterói	3,89
3 Diadema	14,81	36 Sabará	3,86
4 Betim	14,71	37 Duque de Caxias	3,71
5 Nova Lima	14,70	38 Rio Bonito	3,15
6 Barueri	13,07	39 Itaguaí	2,74
7 Arujá	12,59	40 Franco da Rocha	2,65
8 São Bernardo do Campo	11,42	41 Cachoeiras de Macacu	2,47
9 Cotia	11,13	42 Ibirité	2,39
10 Santana de Parnaíba	10,17	43 Itaboraí	2,38
11 Contagem	8,79	44 Itapeverica da Serra	2,22
12 Guarulhos	8,76	45 Seropédica	2,21
13 Pedro Leopoldo	8,25	46 Nova Iguaçu	1,62
14 Caieiras	7,83	47 São Gonçalo	1,50
15 Ribeirão Pires	7,35	48 Carapicuíba	1,38
16 Santa Isabel	7,06	49 Guapimirim	1,36
17 Suzano	6,64	50 Ribeirão das Neves	1,17
18 Poá	6,54	51 Magé	1,16
19 Mauá	6,23	52 São João de Meriti	1,13
20 Jandira	6,20	53 Nilópolis	0,92
21 Ferraz de Vasconcelos	5,71	54 Maricá	0,91

(Continua)

(Continuação)

Unidades territoriais	Participação do emprego industrial no total da população (%)	Unidades territoriais	Participação do emprego industrial no total da população (%)
22 Taboão da Serra	5,64	55 Esmeraldas	0,89
23 Itaquaquecetuba	5,62	56 Mesquita	0,87
24 Itapevi	5,51	57 Japeri	0,76
25 Embu-Guaçu	5,41	58 Belford Roxo	0,57
26 Vespasiano	5,40	59 Francisco Morato	0,30
27 Mogi das Cruzes	5,11	- Periferia da RM do Rio de Janeiro	2,06
28 Queimados	4,89	- Periferia da RM de São Paulo	7,35
29 Mairiporã	4,88	- Periferia da RM de Belo Horizonte	7,37
30 Santo André	4,85	- RM do Rio de Janeiro	2,66
31 Osasco	4,72	- RM de São Paulo	6,05
32 Embu	4,47	- RM de Belo Horizonte	5,47
33 Lagoa Santa	4,47		

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE; Rais/MTE.

Isso sugere que uma das razões para os problemas da falta de dinamismo fluminense é um relativo vazio produtivo em sua periferia metropolitana. Buscar a atração de novos empreendimentos de porte não pode ser visto como uma panaceia. Sem um planejamento de longo prazo e integrado, isso não gera poder de arrasto produtivo significativo nem requalifica o tecido econômico regional necessariamente. Ao contrário, o risco é reafirmar a histórica “arrebentação urbana” (Cano, 2011) na RM do Rio de Janeiro. Trata-se do fenômeno em que a pressão demográfica e o crescimento explosivo de cidades se defrontam, de um lado, com o despreparo político para atender às demandas de infraestrutura e serviços, e, de outro, com a captura do estado pelos interesses do capital mercantil (imobiliário-construtor e de empresas de transporte coletivo).

3 OS PROBLEMAS ECONÔMICOS DA PERIFERIA DA RM DO RIO DE JANEIRO DENTRO DE UMA PERSPECTIVA MAIS AMPLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A manutenção do estigma de “cidade-dormitório” na periferia da RM do Rio de Janeiro se reflete em uma segregação ampliada da força de trabalho. Como mostra a tabela 10, segundo o Censo Demográfico 2010, 31,96% dos trabalhadores precisam se deslocar por mais de uma hora na periferia da RM do Rio de Janeiro. Isso significa

que os problemas de mobilidade urbana já são maiores do que nas periferias das RMs de São Paulo e de Belo Horizonte (respectivamente, 25,50% e 23,18%). Entre aqueles municípios fluminenses com resultados piores, notam-se alguns de maior porte, como Nova Iguaçu (38,74%), Duque de Caxias (31,82%) e São Gonçalo (31,20%).

TABELA 10

Ranking dos municípios com 50 mil ou mais habitantes das periferias das RMs do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte segundo percentual dos trabalhadores, formais e informais, que levam mais de uma hora para chegar ao trabalho (2010)

Unidades territoriais	Trabalhadores que se deslocam por mais de uma hora (%)	Unidades territoriais	Trabalhadores que se deslocam por mais de uma hora (%)
1 Francisco Morato	53,55	34 Cotia	24,00
2 Japeri	52,91	35 Niterói	23,88
3 Ferraz de Vasconcelos	46,95	36 Osasco	23,31
4 Queimados	46,45	37 Jandira	23,18
5 Belford Roxo	43,41	38 Seropédica	23,07
6 Itapeverica da Serra	42,41	39 Sabará	22,61
7 Franco da Rocha	41,98	40 Santo André	20,86
8 Ribeirão das Neves	41,78	41 São Bernardo do Campo	20,03
9 Nova Iguaçu	38,74	42 Contagem	19,38
10 Ibirité	36,38	43 Barueri	18,58
11 Itaquaquecetuba	35,58	44 Diadema	18,32
12 Embu	35,25	45 Santana de Parnaíba	18,09
13 Nilópolis	33,13	46 Betim	17,38
14 São João de Meriti	32,93	47 Arujá	17,06
15 Mesquita	32,72	48 Guapimirim	16,97
16 Duque de Caxias	31,82	49 Nova Lima	16,89
17 Itapevi	31,78	50 Mairiporã	16,23
18 Embu-Guaçu	31,49	51 São Caetano do Sul	15,68
19 Poá	31,39	52 Santa Isabel	15,63
20 São Gonçalo	31,20	53 Mogi das Cruzes	15,54
21 Mauá	31,18	54 Pedro Leopoldo	12,32
22 Santa Luzia	30,16	55 Lagoa Santa	11,56
23 Itaboraí	29,53	56 Cajamar	11,55
24 Taboão da Serra	29,11	57 Itaguai	10,38
25 Magé	28,98	58 Cachoeiras de Macacu	9,15
26 Esmeraldas	28,87	59 Rio Bonito	7,87
27 Carapicuíba	28,26	- Periferia da RM do Rio de Janeiro	31,96
28 Caieiras	28,26	- Periferia da RM de São Paulo	25,50
29 Maricá	27,98	- Periferia da RM de Belo Horizonte	23,18
30 Vespasiano	26,95	- RM do Rio de Janeiro	28,45
31 Suzano	26,33	- RM de São Paulo	28,56
32 Guarulhos	25,31	- RM de Belo Horizonte	19,99
33 Ribeirão Pires	24,56		

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

Além disso, também há carência de infraestruturas básicas. Isso não só prejudica as vantagens locacionais e a oferta de economias externas para a atividade econômica, como também agrava as condições de vida da população local. Como exemplo, as tabelas 11 e 12 mostram que muitos municípios da periferia da RM do Rio de Janeiro estão nas piores posições, se comparados aos das periferias das RMs de São Paulo e de Belo Horizonte, considerando o percentual de domicílios atendidos por rede de água, segundo o Censo Demográfico (2010) e o índice Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) de Saúde (2011). Portanto, ainda é grave a falta de investimento na universalização desses serviços. A esse problema soma-se um rol de demandas sociais urgentes, por exemplo: necessidade de implantação de uma rede de esgoto mais efetiva, uma política de infraestrutura elétrica e de telecomunicações, uma maior regularização fundiária e a execução de uma política efetiva de zoneamento urbano (com mais clareza na definição dos usos e na fiscalização).

TABELA 11

Ranking dos municípios com 50 mil ou mais habitantes das periferias das RMs do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte segundo percentual de domicílios atendidos pela rede de água (2010)

Unidades territoriais	Domicílios atendidos (%)	Unidades territoriais	Domicílios atendidos (%)
1 São Caetano do Sul	99,96	31 Seropédica	93,75
2 Taboão da Serra	99,62	32 São João de Meriti	93,03
3 Diadema	99,43	33 Arujá	93,00
4 Jandira	99,35	34 Nova Lima	92,70
5 Mauá	99,31	35 Suzano	92,29
6 Contagem	99,31	36 Nilópolis	91,17
7 Barueri	99,26	37 Cotia	90,98
8 Osasco	99,12	38 Santana de Parnaíba	90,88
9 Poá	98,90	39 Cajamar	90,78
10 Vespasiano	98,88	40 Mogi das Cruzes	89,74
11 Ibirité	98,65	41 Itapeverica da Serra	89,67
12 Ferraz de Vasconcelos	98,37	42 Japeri	83,21
13 Carapicuíba	98,10	43 Queimados	82,52
14 São Bernardo do Campo	98,06	44 Itaguaí	81,17
15 Embu	98,00	45 São Gonçalo	79,68
16 Betim	97,91	46 Embu Guaçu	77,32
17 Santa Luzia	97,61	47 Nova Iguaçu	76,27
18 Santo André	97,61	48 Cachoeiras de Macacu	74,62
19 Guarulhos	97,60	49 Belford Roxo	74,50
20 Niterói	97,36	50 Esmeraldas	73,87

(Continua)

(Continuação)

	Unidades territoriais	Domicílios atendidos (%)	Unidades territoriais	Domicílios atendidos (%)	
21	Itaquaquecetuba	96,69	51	Santa Isabel	71,99
22	Caieiras	96,41	52	Mairiporã	70,71
23	Francisco Morato	95,78	53	Duque de Caxias	62,57
24	Ribeirão das Neves	95,77	54	Rio Bonito	55,74
25	Sabará	95,77	55	Guapimirim	55,70
26	Ribeirão Pires	95,17	56	Mesquita	52,80
27	Pedro Leopoldo	95,10	57	Magé	40,11
28	Itapevi	95,03	58	Itaboraí	27,01
29	Franco da Rocha	94,87	59	Maricá	18,95
30	Lagoa Santa	94,60			

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

Obs.: Considerados como atendidos só domicílios marcados como abastecidos pela rede geral de distribuição.

TABELA 12

Ranking dos municípios com 50 mil ou mais habitantes das periferias das RMs do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte segundo Índice Firjan de Saúde¹ (2011)

	Unidades territoriais	Índice Firjan de Saúde	Unidades territoriais	Índice Firjan de Saúde	
1	São Caetano do Sul	0,9548	31	Suzano	0,8249
2	Cajamar	0,9510	32	Cachoeiras de Macacu	0,8087
3	Barueri	0,9347	33	Lagoa Santa	0,7890
4	São Bernardo do Campo	0,9245	34	Guapimirim	0,7862
5	Santa Isabel	0,9170	35	Santa Luzia	0,7780
6	Santo André	0,9110	36	Magé	0,7691
7	Santana de Parnaíba	0,9068	37	Maricá	0,7650
8	Caieiras	0,8992	38	Duque de Caxias	0,7638
9	Mairiporã	0,8979	39	Sabará	0,7605
10	Ribeirão Pires	0,8915	40	Vespasiano	0,7587
11	Mauá	0,8900	41	Mesquita	0,7466
12	Cotia	0,8830	42	Ribeirão das Neves	0,7375
13	Osasco	0,8809	43	Poá	0,7307
14	Franco da Rocha	0,8778	44	Ibirité	0,7288
15	Guarulhos	0,8778	45	Francisco Morato	0,7253
16	Arujá	0,8763	46	Rio Bonito	0,7215
17	Mogi das Cruzes	0,8760	47	Itaquaquecetuba	0,7144
18	Itapeçerica da Serra	0,8756	48	Nova Iguaçu	0,7097
19	Jandira	0,8753	49	Nilópolis	0,7092
20	Embu	0,8749	50	Itaguaí	0,6888
21	Nova Lima	0,8745	51	São João de Meriti	0,6788
22	Taboão da Serra	0,8733	52	São Gonçalo	0,6691
23	Itapevi	0,8719	53	Ferraz de Vasconcelos	0,6365

(Continua)

(Continuação)

Unidades territoriais	Índice Firjan de Saúde	Unidades territoriais	Índice Firjan de Saúde
24 Carapicuíba	0,8671	54 Esmeraldas	0,6364
25 Embu-Guaçu	0,8480	55 Belford Roxo	0,6102
26 Niterói	0,8476	56 Itaboraí	0,6075
27 Diadema	0,8451	57 Seropédica	0,5630
28 Betim	0,8412	58 Japeri	0,5088
29 Contagem	0,8383	59 Queimados	0,4896
30 Pedro Leopoldo	0,8380		

Fonte Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)/Firjan.

Nota: ¹ O índice é composto pelas variáveis número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal-definidas, óbitos por causas evitáveis e internação sensível à atenção básica.

Soma-se ainda a perda de perspectiva para jovens. Como mostra a tabela 13, segundo Censo Demográfico 2010, o percentual de jovens que não trabalham nem estudam (os chamados “nem-nem”) na periferia da RM do Rio de Janeiro é superior aos das periferias da RM de São Paulo e da RM de Belo Horizonte (respectivamente, 32,1%, 26,5% e 25,3%). Comparando os resultados municipais, encontram-se vários municípios fluminenses entre as piores posições do *ranking* (a única grande exceção é Niterói).

TABELA 13

Ranking dos municípios com 50 mil ou mais habitantes das periferias das RMs do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte segundo o número de jovens entre 18 e 24 anos que não trabalham nem estudam e o peso destes no total da população desta faixa etária (2010)

Unidades territoriais	RM	Nem trabalham nem estudam	Peso percentual dos que nem trabalham nem estudam
1 São Caetano do Sul	São Paulo	2.240	14,9
2 Nova Lima	Belo Horizonte	1.712	16,7
3 Santo André	São Paulo	15.428	19,7
4 Cotia	São Paulo	5.338	22,3
5 Contagem	Belo Horizonte	17.139	22,4
6 Niterói	Rio de Janeiro	11.742	22,5
7 São Bernardo do Campo	São Paulo	20.954	22,5
8 Lagoa Santa	Belo Horizonte	1.442	22,6
9 Santana de Parnaíba	São Paulo	3.028	22,8
10 Osasco	São Paulo	19.336	23,3
11 Barueri	São Paulo	7.458	23,5
12 Taboão da Serra	São Paulo	7.232	23,6
13 Pedro Leopoldo	Belo Horizonte	1.765	23,9
14 Betim	Belo Horizonte	12.562	25,4
15 Jandira	São Paulo	3.636	25,7

(Continua)

(Continuação)

	Unidades territoriais	RM	Nem trabalham nem estudam	Peso percentual dos que nem trabalham nem estudam
16	Sabará	Belo Horizonte	4.029	25,7
17	Caieiras	São Paulo	2.802	25,7
18	Diadema	São Paulo	13.080	26,2
19	Ibirité	Belo Horizonte	5.495	26,3
20	Cajamar	São Paulo	2.316	26,7
21	Guarulhos	São Paulo	40.741	26,8
22	Vespasiano	Belo Horizonte	3.635	27,0
23	Poá	São Paulo	3.673	27,2
24	Arujá	São Paulo	2.523	27,5
25	Santa Luzia	Belo Horizonte	7.051	27,5
26	Rio Bonito	Rio de Janeiro	1.716	27,6
27	Ribeirão das Neves	Belo Horizonte	10.767	27,9
28	Ribeirão Pires	São Paulo	3.818	28,0
29	Mogi das Cruzes	São Paulo	12.888	28,1
30	Ferraz de Vasconcelos	São Paulo	6.151	28,1
31	Mairiporã	São Paulo	2.569	28,2
32	Carapicuíba	São Paulo	13.170	28,3
33	Embu	São Paulo	8.784	28,8
34	Seropédica	Rio de Janeiro	2.937	29,1
35	Nilópolis	Rio de Janeiro	5.090	29,5
36	Embu-Guaçu	São Paulo	2.292	29,8
37	Itaboraí	Rio de Janeiro	7.459	29,9
38	Esmeraldas	Belo Horizonte	2.099	30,2
39	Santa Isabel	São Paulo	1.822	30,6
40	Mauá	São Paulo	16.669	30,7
41	Cachoeiras de Macacu	Rio de Janeiro	1.991	31,1
42	São Gonçalo	Rio de Janeiro	34.524	31,2
43	Suzano	São Paulo	9.965	31,2
44	Mesquita	Rio de Janeiro	5.965	31,4
45	Francisco Morato	São Paulo	6.466	31,6
46	São João de Meriti	Rio de Janeiro	16.629	31,8
47	Itapeví	São Paulo	8.296	31,9
48	Maricá	Rio de Janeiro	4.182	32,3
49	Itaquaquecetuba	São Paulo	13.638	32,4
50	Guapimirim	Rio de Janeiro	2.042	33,0
51	Duque de Caxias	Rio de Janeiro	33.678	33,3
52	Belford Roxo	Rio de Janeiro	18.814	33,8
53	Itapeçerica da Serra	São Paulo	6.779	34,0
54	Nova Iguaçu	Rio de Janeiro	31.394	34,1
55	Magé	Rio de Janeiro	9.690	35,5

(Continua)

(Continuação)

	Unidades territoriais	RM	Nem trabalham nem estudam	Peso percentual dos que nem trabalham nem estudam
56	Queimados	Rio de Janeiro	5.935	36,1
57	Itaguaí	Rio de Janeiro	4.653	36,3
58	Japeri	Rio de Janeiro	5.044	40,6
59	Franco da Rocha	São Paulo	7.294	40,9
-	Total da periferia da RM do Rio de Janeiro		203.411	32,1
-	Total da periferia da RM de São Paulo		277.945	26,5
-	Total da periferia da RM de Belo Horizonte		80.490	25,3
-	Total da RM do Rio de Janeiro		389.543	29,3
-	Total da RM de São Paulo		586.067	24,6
-	Total da RM de Belo Horizonte		139.112	22,7

Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE.

Diante da falta de maior adensamento produtivo (discutida na primeira seção), são evidentes as dificuldades de inserção do jovem no mercado trabalho. Cabe evidenciar também o *deficit* de qualidade educacional, para ficar claro o baixo aproveitamento, e, conseqüentemente, a evasão escolar. Considerando as médias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2011 (rede pública do ensino fundamental, da primeira à quinta série), a tabela 14 mostra que não só nenhum município da periferia da RM do Rio de Janeiro possui índice igual ou superior a 5 (média nacional), como quase todos estão nas piores posições, se comparados aos das periferias das RMs de São Paulo e de Belo Horizonte.

TABELA 14

Ranking dos municípios das periferias das RMs do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte, com 50 mil ou mais habitantes, pelas médias do Ideb 2011, na rede pública do ensino fundamental, da primeira à quinta série¹

	Unidades territoriais	Nota média	Unidades territoriais	Nota média	
1	Nova Lima	6,6	31	Esmeraldas	5,1
2	São Caetano do Sul	6,4	32	Carapicuíba	5,1
3	Ribeirão Pires	5,9	33	Franco da Rocha	5,0
4	Barueri	5,9	34	Santana de Parnaíba	5,0
5	São Bernardo do Campo	5,8	35	Itapevi	5,0
6	Lagoa Santa	5,8	36	Osasco	5,0
7	Mauá	5,6	37	Cotia	5,0
8	Poa	5,6	38	Ferraz de Vasconcelos	4,9
9	Diadema	5,6	39	Francisco Morato	4,8
10	Santo André	5,6	40	Rio Bonito	4,7
11	Caieiras	5,6	41	Itaboraí	4,6

(Continua)

(Continuação)

Unidades territoriais	Nota média	Unidades territoriais	Nota média
12 Embu-Guaçu	5,5	42 Jandira	4,5
13 Santa Isabel	5,5	43 Itaguaí	4,5
14 Contagem	5,5	44 Itaquaquecetuba	4,5
15 Taboão da Serra	5,5	45 Nilópolis	4,4
16 Suzano	5,5	46 Niterói	4,4
17 Mogi das Cruzes	5,5	47 Maricá	4,3
18 Mairiporã	5,5	48 Guapimirim	4,3
19 Betim	5,4	49 Seropédica	4,3
20 Arujá	5,4	50 Duque de Caxias	4,2
21 Guarulhos	5,4	51 Queimados	4,2
22 Pedro Leopoldo	5,3	52 Cachoeiras de Macacu	4,2
23 Ibitiré	5,3	53 Mesquita	4,1
24 Vespasiano	5,3	54 São Joao de Meriti	4,1
25 Santa Luzia	5,3	55 São Gonçalo	4,1
26 Ribeirão das Neves	5,3	56 Nova Iguaçu	4,1
27 Itapeverica da Serra	5,2	57 Magé	3,9
28 Embu	5,2	58 Japeri	3,8
29 Sabará	5,1	59 Belford Roxo	3,8
30 Cajamar	5,1		

Fonte: Ideb/Ministério da Educação (MEC).

Nota: ¹ O Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. O ideal é alcançar seis pontos, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

Dentro de uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento social, a questão metropolitana no estado do Rio de Janeiro se trata de um conjunto de problemas de diversas naturezas que se retroalimentam. Portanto, não cabem soluções parciais e, sim, um planejamento de longo prazo e integrado que incorpore, dentro de um plano de desenvolvimento regional, as múltiplas dimensões e os parâmetros estruturais (natureza da base produtiva, situação do mercado de trabalho, condições de vida segundo oferta de infraestrutura, serviços sociais etc.).

4 A DINÂMICA DO RECENTE CICLO DE GRANDES INVESTIMENTOS NA PERIFERIA DA RM DO RIO DE JANEIRO SOB O PONTO DE VISTA DAS DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO INTRA E INTERSETORIAL

Para a maior compreensão do modelo de crescimento econômico regional, é preciso entender os desafios do ponto de vista de estruturação de uma política metropolitana. Cabe lembrar que a precocidade do processo de metropolização fluminense não foi acompanhada de sua criação formal, o que só será feita em 1974, e por razão da fusão do estado da Guanabara ao antigo estado do Rio de Janeiro. Até a última década, seu único órgão de gestão próprio foi a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), entre 1975 e 1989. Portanto, além do relativo vazio produtivo da periferia da RM do Rio de Janeiro, outro traço marcante é o vazio institucional que a questão metropolitana sofreu nas últimas décadas.

Somente nos últimos anos, a preocupação com o planejamento integrado voltou a ganhar maior importância. Em 11 de agosto de 2014, o governo estadual publicou o Decreto nº 44.905/2014 (Estado do Rio de Janeiro, 2014), que criou um novo órgão específico e uma instância coordenadora, com o objetivo de construir uma governança metropolitana: Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro e o Grupo Executivo de Gestão Metropolitana.⁴ Chama atenção que não se instituiu um fundo financeiro público para a execução de projetos, cabendo ao grupo executivo organizar uma estrutura de captação de recursos nacionais e internacionais, o que evidentemente não garante um horizonte sustentado de gasto público no longo prazo.

De todo modo, entre suas principais atribuições, destaca-se a função de “monitorar a dinâmica territorial metropolitana, considerando as tendências e a evolução do uso e a ocupação do solo e dos investimentos públicos e privados estruturadores do território” (Estado do Rio de Janeiro, 2014, p. 1). Todavia, esse esforço de planejamento surgiu

4. Nota-se que esse decreto não foi a primeira iniciativa pública no período recente. O processo de desenvolvimento de uma institucionalidade específica vem avançando nos últimos anos, apesar da enorme defasagem histórica perante outras RMS do país. Em especial, merecem ser observados dois decretos anteriores: *i*) Decreto nº 42.832, de 31 janeiro de 2011, que instituiu o Comitê Executivo de Estratégias Metropolitanas; e *ii*) Decreto nº 44.439, de 17 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial (Rio Metrópole/Prógestão II), com financiamento do Banco Mundial. Inclusive, o Grupo Executivo de Gestão Metropolitana será o responsável por coordenar a execução deste programa, a cargo da contratação de consultoria especializada e de serviços técnicos de engenharia.

a posteriori e, em certa medida, sem reconhecer a maior prioridade a ser dada para a questão econômica, além de uma alegada necessidade da “otimização dos investimentos e a ampliação dos resultados obtidos” (Estado do Rio de Janeiro, 2014, p. 1).

Do ponto de vista da consolidação de uma forte economia regional, até então, o ciclo recente de grandes investimentos veio sendo realizado sem uma maior preocupação com a dimensão territorial.⁵ Quando a região foi abordada no processo de tomada de decisões sobre esses investimentos, geralmente resumiu-se a estimativas otimistas sobre o mercado de trabalho e a cobrança de medidas compensatórias a respeito dos impactos socioambientais ou da gestão do crescimento urbano. Dessa forma, é como se a questão econômica já estivesse, em boa medida, resolvida. Isso porque o crescimento econômico vem sendo tratado pelo poder público estadual como algo já “contratado”, graças a uma série de “empreendimentos-âncoras” que estão sendo realizados com apoio do governo federal, notadamente nos setores siderúrgico, derivados de petróleo e gás natural,⁶ naval e de logística, conforme exposto a seguir.

- 1) Implantação da ThyssenKrupp Complexo Siderúrgico do Atlântico (TKCSA).
- 2) Implantação do Comperj.
- 3) Encomendas do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) aos estaleiros no entorno da Baía de Guanabara.⁷
- 4) Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

5. Uma grande exceção foi o componente para a Política de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) do Plano Diretor Estratégico da Área de Influência do Arco Metropolitano (Osorio, 2011), estudo publicado pelo governo do estado do Rio de Janeiro em 2011. Apesar disso, ainda não se verificou que as importantes recomendações ali expostas serviram de inspiração para a atuação do poder público. Nesse termos, ressalta-se seu uso mais como “plano-discurso”, ficando indeterminado o interesse da administração estadual em transformá-lo em políticas concretas. Inclusive, o Grupo Executivo de Gestão Metropolitana tem como uma de suas atribuições fazer um Plano Estratégico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sobrepondo-se ao trabalho anterior e com novas recomendações a partir da contratação de mais uma consultoria especializada.

6. Cabe ponderar que as expectativas de estruturação da cadeia petroquímica estão sendo bastante revisadas ao longo do período de análise. O próprio empreendimento-âncora, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), tornou-se basicamente uma refinaria. Por essa razão, neste texto decidiu-se considerar segmentos petroquímicos como uma parte do setor produtor de derivados do petróleo e gás natural, em vez de uma cadeia separada. Dessa forma, evita-se o equívoco de não considerar seu quadro de indefinições estratégicas e de julgar como um importante “investimento petroquímico” aquilo que perdeu esse foco principal.

7. Apesar do Promef não envolver gasto com implantação ou com modernização/expansão de uma unidade produtiva, trata-se de um pacote de grandes pedidos em que cada um equivale em expressão e complexidade a um novo empreendimento de porte. Segundo esse entendimento, a própria Firjan considera a construção de embarcações como investimento.

Em termos de cadeias produtivas, essa orientação política que admite um crescimento econômico já “contratado” compreende a questão do desenvolvimento por meio de um duplo desafio: sustentar a viabilidade técnica e financeira desses empreendimentos-âncoras como bases primárias de dinamização; e aumentar a capacidade de atração e instalação de novos empreendimentos no entorno dessas “âncoras” como bases secundárias de dinamização. Contudo, uma boa concepção do planejamento deve ir além dessa visão estreita. Caso contrário, ela guiar-se-á basicamente pelos sintomas mais visíveis na estrutura da oferta e ao sabor de pressões ocasionais dos grandes interesses privados envolvidos. Merece ser lembrada a crítica de Rangel (2005, v. 1, p. 501) para esse tipo de orientação política:

a alocação de recursos tem tido, até aqui, papel meramente passivo. Noutros termos, o programador tem cuidado apenas de “romper os pontos de estrangulamento”, isto é, fortalecer os pontos débeis da estrutura da oferta, dada a atual estrutura da procura. Num estágio superior de programação, será mister considerar não a atual estrutura da procura, mas aquela que desejemos que exista, correspondente ao ritmo de desenvolvimento que quisermos imprimir ao sistema.

Essa visão mais ampla é fundamental para ser atacado o cerne da problemática a respeito do relativo vazio produtivo na periferia da RM do Rio de Janeiro. Isso porque essa problemática não significa ausência de potencial produtivo regional mas, sim, sua “ociosidade estrutural” (Rangel, 2005), levando a uma pressão considerável sobre certos fatores escassos, ao lado do subemprego e da não utilização de outros recursos territoriais. Sendo assim, qualquer grande empreendimento não se justifica em si mesmo como um fator portador do desenvolvimento, mas só quando ele não reproduz o mau aproveitamento daquele potencial produtivo regional. O desafio de gerar um processo de crescimento econômico sustentado deve ser abordado dentro de uma discussão mais apurada do perfil econômico da região e sua capacidade de transformação estrutural positiva, no sentido de maior adensamento produtivo da periferia da RM do Rio de Janeiro e da supressão de suas carências infraestruturais.

Cabe enfatizar que o atual perfil econômico da região se refere a um conjunto de economias locais dominadas por atividades pouco indutoras (como já discutido na primeira seção). A análise do grupo de tabelas 1 do anexo estatístico, permite entender melhor essa questão. Além do peso pronunciado da própria administração pública na geração de empregos formais, destacam-se atividades como: comércio varejista, educação, alimentação etc., ou seja, segmentos dependentes da circulação de renda

existente e que não estão articulados essencialmente ao desenvolvimento de um tecido produtivo e de um sistema logístico. Essa característica aumenta o risco do potencial econômico regional continuar ocioso, dado que superar isso exigiria esquemas mais complexos de divisão de trabalho, geralmente associados à atividade industrial.

Mesmo o perfil da atividade industrial nos municípios da periferia da RM do Rio de Janeiro é mais ligado à produção de bens de consumo tradicionais e de materiais de construção civil. Segundo o grupo de tabelas 2 do anexo estatístico,⁸ os principais segmentos que tiveram maior ocorrência entre seus municípios foram: fabricação de produtos alimentícios, confecção de artigos de vestuário e acessórios e extração e fabricação de produtos de minerais não metálicos. Atividades desse tipo tendem mais a serem arrastadas por um processo de crescimento econômico do que a liderá-lo. Geralmente, só encontram alto dinamismo no auge de um ciclo de consumo de massa em conjunto à expansão do processo de urbanização. Por conseguinte, representam mais um desdobramento da própria proliferação de serviços pessoais e sociais diagnosticada anteriormente. Cabe ainda destacar que essas atividades industriais vêm perdendo competitividade para outras regiões com mão de obra mais barata, tanto em termos inter-regionais (por exemplo, alguns estados nordestinos) como também em termos internacionais, em especial, com a concorrência asiática. Assim, suas perspectivas são preocupantes, apesar da importância que possam ter em termos locais.

Com exceção dessas atividades, ainda pelo grupo de tabelas 2 do anexo estatístico, outros setores que se destacaram em número de ocorrência entre os municípios da periferia da RM do Rio de Janeiro foram: fabricação de produtos de metal, fabricação de produtos de borracha e material plástico e fabricação de produtos químicos. Portanto, trata-se de especializações setoriais envolvendo algumas atividades dos complexos metal-mecânico e químico-farmacêutico. Considerando somente a evolução deste último conjunto de setores industriais, os resultados foram, na maioria, pouco animadores. Segundo a tabela 15, entre 2002 e 2012, a variação do emprego foi de apenas 33,9%, e a variação do número de estabelecimentos, de somente 5,4%.

8. Para essa mensuração, considerou-se indústria de transformação, indústria extrativa e serviços industriais (por exemplo, manutenção de máquinas e equipamentos).

TABELA 15

Varição dos empregos formais e estabelecimentos para o total da periferia da RM do Rio de Janeiro segundo setores selecionados (2002-2012)

Setor	Empregos			Estabelecimentos		
	2002	2012	Varição 2002-2012 (%)	2002	2012	Varição 2002-2012 (%)
Fabricação de produtos químicos	10.537	12.840	21,9	280	226	-19,3
Fabricação de artigos de borracha e plástico	5.093	6.689	31,3	208	236	13,5
Fabricação de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos)	4.747	9.171	93,2	384	586	52,6
Metalurgia básica	1.537	1.306	-15,0	101	77	-23,8
Total	23.916	32.018	33,9	2.975	3.137	5,4

Fonte: Rais/MTE.

Cabe observar que o setor de fabricação de produtos de metal foge parcialmente dessa análise negativa, tendo um desempenho bem melhor. Por exemplo, quase dobram os empregos formais (variação de 93,2%). Todavia, fazendo uma avaliação do desempenho pelas classes que o compõe, nota-se que essa evolução deveu-se basicamente a dois ramos: manutenção e reparação de tanques, caldeiras e reservatórios metálicos (aumento de 1.059 empregos) e fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada (aumento de 3.301 empregos). Quanto ao primeiro ramo, trata-se de um serviço industrial complementar. Quanto ao segundo, de uma atividade fornecedora de outras cadeias produtivas que possuem dinâmica própria, inclusive dinâmica não industrial, como a construção civil. Nesse sentido, ambas são atividades mais induzidas do que indutoras de dinamismo. Isso fica evidente quando se nota que a metalurgia básica, o principal encadeamento para trás das indústrias de fabricação de produtos de metal, retraiu-se no mesmo período.

Do ponto de vista dinâmico, a problemática industrial ainda pode ser evidenciada pela forma como vem evoluindo a distribuição dos estabelecimentos por porte. Conforme a tabela 16, no período mais recente (2000-2012), a variação do número de estabelecimentos para o total do setor industrial foi bem menor na periferia da RM do Rio de Janeiro que nas periferias das RMs de São Paulo e de Belo Horizonte (respectivamente, 28,0%, 39,0% e 64,9%). Como teve o maior crescimento do número de grandes estabelecimentos entre os casos analisados (respectivamente, 266,7%, 57,5% e 264,7%), o pior resultado para o total de estabelecimentos se deve ao descompasso das unidades de portes menores. Isso sugere que, diante de um tecido econômico menos estruturado, o desempenho de grandes empreendimentos na periferia da RM do Rio de Janeiro não está articulado significativamente a um cinturão

de micro, pequenas e médias empresas fornecedoras. É preciso ter claro os limites em termos de oportunidades de trabalho próximas ao local de moradia na RM do Rio de Janeiro, pois, geralmente, as unidades de menor porte são intensivas em mão de obra.

TABELA 16

Variação do número de estabelecimentos no setor industrial por tamanho de empresa nas periferias das RMs do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte e outras unidades territoriais (2000-2012)
(Em %)

Unidades territoriais	Microestabelecimento	Pequeno estabelecimento	Médio estabelecimento	Grande estabelecimento	Total
Periferia da RM do Rio de Janeiro	25,6	37,1	38,8	266,7	28,0
Periferia da RM de São Paulo	37,0	47,6	29,3	57,5	39,0
Periferia da RM de Belo Horizonte	63,4	71,4	47,8	264,7	64,9
RM do Rio de Janeiro	15,4	18,4	9,4	126,2	16,1
RM de São Paulo	20,4	32,2	20,6	42,7	22,5
RM de Belo Horizonte	31,7	43,3	39,5	250,0	34,0
Estado do Rio de Janeiro	25,1	34,2	29,0	130,6	26,9
Brasil	48,8	58,1	46,9	97,0	50,2

Fonte: Rais/MTE.

Diante desses resultados, cabe questionar a capacidade do ciclo recente de grandes investimentos de configurar setores líderes para a respectiva economia regional. Para isso, será feita uma análise crítica das informações divulgadas nas edições do Decisão Rio que cobrem cenários entre 2008 e 2016. Decisão Rio é um documento publicado pela Firjan (2008, 2010, 2011, 2012 e 2014), no qual são compilados os principais investimentos previstos para o triênio seguinte a cada edição. Não avalia os investimentos realizados efetivamente (*ex-post*), mas dimensiona as expectativas que vão sendo geradas pelas intenções de investimento (*ex-ante*). Logo, representa uma importante referência para avaliar o processo de tomada de decisão em um período muito recente, no qual os efeitos finais da maturação de inversões ainda levará muito anos para poderem ser mensurados. Nesses termos, é a fonte mais adequada para avaliar como as promessas de capital investido vão afetando o cenário de novas oportunidades de negócio em meio ao ambiente de incertezas, ainda que os valores sofram alterações ou o perfil do investimento seja alterado *a posteriori*.

Desde as primeiras edições analisadas, o Decisão Rio vem apresentando uma trajetória crescente de investimento potencial, defendendo que as “raízes” da competitividade da economia fluminense são sólidas a ponto de serem capazes de manter

as intenções de investimento em um patamar elevado mesmo diante das turbulências nos cenários nacional e internacional. Esse tipo de visão contagiou as diversas lideranças políticas e empresariais a ponto de alimentar esperanças que a economia fluminense seria uma “ilha de prosperidade” diante de seu ambiente de negócios. Por exemplo, na edição para o período 2010-2012, apontou-se que a economia fluminense se tornou “um porto seguro para empresários em busca de negócios e de oportunidades no mar revolto da economia mundial” (Firjan, 2010, p. 7). Esse otimismo é ainda mais forte a partir da edição para o período 2011-2013, quando a apresentação do relatório anunciava que a economia fluminense alcançou o *status* de “maior” concentrador de investimentos por quilômetro quadrado do mundo (aproveitando-se do fato de que seu território possui pequena dimensão relativa). Nesses termos, a última edição do Decisão Rio (Firjan, 2014) apontou como cenário para o período 2014-2016 a intenção de 108 novos empreendimentos de porte, que totalizariam um potencial de R\$ 235,6 bilhões.

Uma análise mais crítica, contudo, revela que o desafio não se trata de apenas “consolidar uma trajetória de transformação” com novas ondas de inversões (Firjan, 2014). A tabela 17 mostra como evoluiu a distribuição dos investimentos previstos para a economia fluminense nos diversos cenários estimados para o período 2008-2016. Nota-se que a economia do petróleo e gás natural representa em média mais da metade das inversões previstas (53,8%), enquanto a indústria de transformação representa em média apenas 19,2%. Isso reflete o grau de especialização da estrutura produtiva⁹ e demonstra que esse quadro tende a ser reforçado pelo processo atual de tomada de decisões estratégicas. Em particular, deixa claro o quanto um cenário de novas oportunidades de negócio está atrelado aos planos de investimento da Petrobras, e, conseqüentemente, à vulnerabilidade ante as dificuldades da estatal em executá-lo.

Quanto aos setores diretamente associados aos empreendimentos-âncoras para a periferia da RM do Rio de Janeiro, nota-se que representam em média apenas um quarto das inversões previstas (25,8%). Descontando, todavia, o peso da economia petrolífera, esse conjunto passa a representar a metade (51,7%). Isso evidencia como o ciclo recente de grandes investimentos na periferia da RM do Rio de Janeiro é bastante concentrado do ponto de vista setorial, o que fica mais claro pelo exame da tabela 18.

9. Em trabalho anterior (Sobral, 2013), foi discutida a relação desse processo de especialização setorial com os indícios de um processo de desindustrialização, sob a forma de uma “estrutura oca”.

Dentro da indústria de transformação, mais de dois terços também são associados, em média, a atividades que são desdobramentos da mesma lógica da economia petrolífera, a saber: derivados de petróleo e gás natural (inclui petroquímica) e construção naval, respectivamente, com 40,8% e 27,9%.

TABELA 17
Evolução da distribuição dos investimentos previstos para a economia fluminense (2008-2016)

Setor	2008-2010	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2014-2016	Média 2008-2016
Petróleo e gás natural	37,0	61,0	59,5	50,9	60,7	53,8
Indústria de transformação	27,2	16,1	16,3	19,1	17,2	19,2
Transporte e logística	11,0	8,3	6,5	10,1	7,5	8,7
Infraestrutura (excetuando transporte e logística)	15,5	14,3	13,5	14,0	8,6	13,2
Instalações olímpicas	-	-	-	4,1	4,2	4,1
Turismo	8,4	-	0,6	0,9	1,5	2,8
Demais setores	0,9	0,2	3,7	0,9	0,3	1,2
Total de setores dos empreendimentos-âncoras ¹	36,0	23,9	21,9	25,0	22,0	25,8
Total de setores dos empreendimentos-âncoras (desconsiderando o peso do petróleo e do gás)	36,0	61,4	54,0	51,0	56,0	51,7
Total de investimentos previstos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Firjan.

Nota: ¹ Considera a soma dos valores para os setores siderúrgico, de derivados de petróleo e gás natural, naval (contidos no valor da indústria de transformação) e o segmento de transporte e logística.

TABELA 18
Evolução da distribuição dos investimentos previstos para indústria de transformação fluminense (2008-2016)

Setor	2008-2010	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2014-2016	Média 2008-2016
Derivados de petróleo e gás natural (inclui petroquímica)	23,1	74,9	39,3	15,1	51,6	40,8
Construção naval	9,0	18,2	44,4	38,0	29,9	27,9
- construção de embarcações	-	8,9	21,0	23,5	18,3	17,9
- investimentos em estaleiros	-	9,4	23,4	14,6	11,6	14,7
Siderúrgico	59,7	3,9	10,8	24,9	3,2	20,5
Outros setores	8,2	3,0	5,4	22,0	15,3	10,8
Total de setores industriais dos empreendimentos-âncoras ¹	91,8	97,0	94,6	78,0	84,7	89,2
Total do investimento previsto na indústria de transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Firjan.

Nota: ¹ Considera a soma dos valores para os setores siderúrgico, de derivados de petróleo e gás natural, e naval.

É preciso ter claro que, apesar da dimensão do esforço de formação de capital verificado, ainda se mostra tímida sua capacidade de articulação intra e intersetorial. Segundo Britto (2010), a rigor, a periferia da RM do Rio de Janeiro só possui

identificados dois arranjos produtivos locais (APLs): petroquímica, química e plástico em um área que envolve Duque de Caxias e Belford Roxo; e indústria naval, em Niterói e adjacências. O ciclo recente de grandes investimentos tem uma dinâmica autônoma e pouco “enraizada” às bases em que se apoia o processo de crescimento econômico regional. Como consequência, seu potencial esbarra em uma insuficiência dinâmica estrutural.

Para melhor compreensão disso, primeiramente, cabe lembrar que boa parte dos investimentos se refere ao grupo setorial dos produtores de bens intermediários. Esse grupo é basicamente ofertante de insumos de uso generalizado para diversas indústrias de bens finais. A grande escala de investimentos nessas atividades é uma característica de sua organização industrial, por serem atividades altamente intensivas em capital. Por conseguinte, a mobilização patrimonial que envolve pode criar uma falsa euforia a respeito de um cenário de amplas oportunidades econômicas regionais, porém sua capacidade produtiva se expande por saltos (ou seja, de forma descontínua) e sem proporção direta com a evolução de sua demanda. Confiar a dinâmica econômica regional à expansão desses setores revela uma estrutura setorialmente desequilibrada de crescimento, sendo esperadas flutuações acentuadas (às vezes, por tempo indeterminado). Como exemplo, isso pode ocorrer devido a mudanças na estrutura de demanda mundial e à evolução de seus preços internacionais.

Portanto, pode-se gerar um efeito acelerador por um período mais imediato, mas não capaz de se autossustentar no longo prazo. Afinal, isso dependeria da geração recorrente de novas e maiores inversões para realimentar a própria demanda, o que não se poderia fazer indefinidamente. Assim, uma vez terminada a estruturação dos supostos empreendimentos-âncoras associados a esse grupo (por exemplo, TKCSA e Comperj), reaparecerá sua debilidade estrutural diante da ausência de controle regional de sua demanda final, dado que se trata de atividades com lógica de decisões majoritariamente supralocais (em especial, em escalas nacional e internacional).

Para que isso seja contornado, novas decisões de investimento seriam necessárias, o que, baseando-se no ciclo presente, depende de se aprofundar o apoio do governo federal. Isso também é fundamental para a maior estruturação do grupo setorial produtor de bens de capital a partir da indústria naval, que compõe outra parcela dos empreendimentos âncoras (o caso do Promef). A organização industrial deste

grupo é baseada em mercados que precisam ser garantidos por programas de grandes encomendas (em especial, da Petrobras) e políticas de fomento ao desenvolvimento tecnológico, em um contexto em que se sofre forte concorrência internacional sob a forma de pressão importadora. Por essa razão, caso o maior apoio federal não seja possível, por exemplo, em razão das dificuldades para um maior ativismo do Estado nacional, a reversão da dinâmica de crescimento regional tende a ser inexorável devido ao rastro de vulnerabilidades estruturais que vão sendo acumuladas.

Esse efeito ainda pode ser ampliado à medida que os empreendimentos-âncoras e outros empreendimentos associados pressionem ainda mais a carência de infraestruturas básicas, sem a capacidade de resposta adequada do poder público. Chama atenção que a implantação do Arco Metropolitano, também um dos empreendimentos-âncoras, justifica-se pelo seu potencial para aumentar as vantagens logísticas da região. Diante do rastro de vulnerabilidades estruturais, torna-se fundamental sua função como suporte para uma melhor infraestrutura de transportes, inclusive para criar novas centralidades econômicas e, assim, aumentar a capacidade de retroalimentação dinâmica do processo de crescimento econômico regional. Para isso, esse investimento precisaria ser devidamente aproveitado para articular intra e intersetorialmente os demais empreendimentos-âncoras e, em especial, estruturar uma ampla retroárea produtiva para o Porto de Itaguaí. Contudo, isso não está garantido de antemão, e há o risco de ficar resumido a um suporte para a consolidação de um mero “corredor de exportação”. Ou ainda um cenário pior, caso a função logística se enfraqueça de tal modo que o uso prioritário daquela rodovia sirva de apoio ao crescimento urbano extensivo.

Esse quadro crítico ainda envolve um indesejado estreitamento do horizonte para tomada de decisões cruciais, porque a própria realização dos grandes investimentos começou a sofrer graves discontinuidades. Por conseguinte, eles não se concretizam como previsto, sofrem atrasos significativos, exigem revisões emergenciais e não programadas etc. Diante disso, acentua-se a incerteza decisória e irrompe-se abruptamente em crise, na qual passa a ser generalizada uma onda de desvalorizações sobre o estoque de capital imobilizado não só nos grandes empreendimentos, mas em toda a economia regional. Dessa forma, o papel estruturante do ciclo de grandes investimentos, que, a princípio, alimentou amplas expectativas para o ambiente de negócios, pode ser transfigurado paradoxalmente em um papel perturbador sobre o processo de crescimento econômico regional à medida que se enfraqueça de forma considerável sua dimensão estratégica.

No início de 2015, a reversão da dinâmica econômica ficou mais clara. É inegável que houve influência de uma conjuntura macroeconômica desfavorável, porém, seria leviano julgar que esse aspecto foi a razão principal do retrocesso. Inversamente, o cerne da questão abarcou o mau aproveitamento do potencial produtivo regional, devido às próprias insuficiências estruturais dinâmicas, associadas à forma como foi conduzido o ciclo recente de grandes investimentos e como são amplificadas por sua problemática regional, como a pouca densidade produtiva da periferia da RM do Rio de Janeiro e suas graves carências de infraestruturas básicas.

Diante de um momento de maior instabilidade cíclica, fica nítida a fragilidade da base produtiva para ampliar a massa de arrecadação tributária e, conseqüentemente, manter a capacidade de gasto anticíclico a partir das administrações estaduais e municipais. Em particular, ganha relevo o ônus sofrido dado o grau de dependência das rendas do petróleo a que se autoinfligiram essas administrações nas últimas décadas. No caso do governo estadual, a “solução” encontrada vem sendo a exposição maior ao endividamento para continuar mantendo seus investimentos em infraestrutura no período recente, independentemente de reduções nas receitas, em especial, a partir da desaceleração na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e no volume de *royalties* e participações especiais (esta última rubrica associada diretamente à economia do petróleo e gás natural). Segundo dados do governo estadual, nos últimos anos, 75% do valor investido esteve baseado em recursos obtidos por empréstimos.¹⁰

Como resultado, em 2014, a deterioração fiscal culminou com um *deficit* primário estadual próximo a R\$ 7,3 bilhões, e sua dívida consolidada equivalendo a 178% da receita corrente líquida, baseando-se em dados do Sistema de Acompanhamento Financeiro para Estados e Municípios (Siafem). As perspectivas futuras ainda tendem a se agravar, dado que, em abril de 2015, a agência de classificação de risco Standard & Poor's rebaixou o grau de investimento do estado (que passou a ser de grau especulativo). Além disso, há a expectativa de ser necessário maior endividamento para cumprir os compromissos firmados em termos de investimento nos próximos anos.

10. Cabe lembrar as autorizações dadas pelo Ministério da Fazenda no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, em regime de excepcionalidade, para que os governos estaduais ampliassem seu estoque de endividamento, a fim de sustentar seus gastos com investimento, sem proporção direta com aumento de capacidade fiscal. Inclusive, foram dadas garantias para operações externas.

Diante das dificuldades financeiras, os gestores públicos na escala regional apressaram-se em enunciar ajustes inadiáveis no orçamento, mas sem deixar de repetir a “profissão de fé” em um processo de crescimento já “contratado”, e, conseqüentemente, garantido. Nesse sentido, a manifestação da crise é encarada como um cenário adverso que exige correções de curto prazo, mas não afeta os “fundamentos” em que se baseiam as estratégias futuras, logo, não se abrindo espaço para uma reflexão crítica do modelo de crescimento regional e suas bases estreitas de sustentação. Vai ficando mais evidente, no entanto, que a economia fluminense não é uma “ilha de prosperidade” cercada de uma crise nacional e, em certa medida, também internacional. Essa constatação não deve ser interpretada como necessidade de se atribuir maior ênfase em “limites externos” à capacidade de crescimento regional sustentado. Mais adequado seria notar como os determinantes gerais da crise nacional (e internacional) ganham forma e são requalificados no movimento concreto da dinâmica regional.

Especificamente, é a dinâmica na periferia da RM do Rio de Janeiro que permite evidenciar uma lógica contraditória entre a influência direta que recebe de um ciclo de grandes investimentos de importância para o país (não desconsiderando sua notória irregularidade) e uma dinâmica regional dominada por setores pouco indutores, logo, em grande medida, “descolada” da agenda dos grandes desafios nacionais, como a retomada da industrialização brasileira. Dito em outras palavras, até o momento, o ciclo recente de investimento não redefiniu o sentido histórico da economia da periferia da RM do Rio de Janeiro, consolidando setores líderes não apenas para o desenvolvimento de um complexo econômico regional, mas para requalificar o protagonismo nacional do estado do Rio de Janeiro sob uma ótica produtiva.

Os problemas que vão surgindo em seu modelo de crescimento econômico regional revelam a incompatibilização dos interesses envolvidos no controle do processo de valorização de capital e de seu domínio do território. Diante da crescente frustração com parte dos resultados dos grandes projetos de investimento, reiteram-se as alternativas tradicionais em “linhas de menor resistência”, buscando brechas dentro do setor de serviços e de construção civil, para manter a circulação de renda urbana e o consumo pessoal. Todavia, mesmo essa alternativa se torna pouco factível em municípios com economias menos diversificadas, como a grande maioria dos casos da periferia da RM do Rio de Janeiro, além de não proporcionar impactos relevantes para o refortalecimento da base produtiva (ou evitar o avanço de uma desindustrialização).

Cabe assinalar que esse desajuste se agravou mesmo com a participação não desprezível das administrações públicas estadual e municipais na construção de pactos de compromisso e de uma base de apoio àqueles grandes projetos de investimento. Portanto, não se trata de falta de vontade política, mas de ausência de uma melhor orientação estratégica para ir além da preocupação com a atração de novos capitais e a “otimização dos investimentos”. Isso requer o amadurecimento da estrutura de coordenação política voltada para estimular esquemas mais complexos de divisão do trabalho. Sob esse prisma, o objetivo passaria a ser uma superação da “ociosidade estrutural”, ou seja, uma utilização mais intensiva dos recursos internos ao território, o que significa assumir o desafio da industrialização nacional como uma grande prioridade também em escala regional.

5 CONCLUSÃO

Diante de um processo histórico de considerável conurbação e alta periferação de assentamentos populares em relação à capital (município do Rio de Janeiro), não é exagero afirmar que a periferia metropolitana é o espaço mais problemático para a articulação de uma trajetória de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro. Qualquer estratégia política não pode desconsiderar a necessidade de requalificar o sentido histórico desse processo de metropolização, em particular, de superar a precariedade da densidade produtiva e o *deficit* em infraestrutura básica.

Ao assumir a questão metropolitana como prioridade, torna-se possível a geração de um ciclo virtuoso de dinamismo. Isso porque uma estratégia que vise ao adensamento produtivo da periferia da RM do Rio de Janeiro, além de possibilitar um processo de mobilidade social por meio do aumento da renda e do emprego na região, também possibilita maior arrecadação tributária. Na medida em que a capacidade de gasto público aumente e se volte para enfrentar os problemas estruturais (natureza da base produtiva, situação do mercado de trabalho, condições de vida segundo oferta de infraestrutura, serviços sociais etc.), isso permite maiores vantagens para a consolidação de cadeias produtivas e de um sistema logístico no território, melhorando, assim, o esquema de divisão do trabalho em um processo de “causação circular cumulativa” (Myrdal, 1957). Paralelamente, isso ataca as causas dos problemas de mobilidade urbana, ao gerar maiores e melhores oportunidades de ocupação, mais próximas ao local de moradia.

A economia da periferia da RM do Rio de Janeiro não está desprovida de um potencial produtivo, seu vazio econômico se refere ao seu mau aproveitamento. Não faltam empreendimentos-âncoras, apesar de desarticulados. De um modo geral, as especializações econômicas na RM do Rio de Janeiro não são frutos de algum transbordamento e da acessibilidade a um “polo de desenvolvimento” (Perroux, 1967), permanecendo, basicamente, insuladas. Diante desse quadro de esgarçamento do tecido produtivo, revela-se a dificuldade de configurar setores líderes capazes de impor sua lógica de valorização produtiva a ponto de ancorar maiores articulações intra e intersetoriais. O cerne do problema se refere a uma quadro de ociosidade estrutural, e, não havendo a correta condução do atual ciclo de grandes investimentos, isso pode reafirmar um rastro de vulnerabilidades a ponto de passar a desempenhar um papel mais perturbador do que estruturante para um processo de crescimento econômico sustentado.

Portanto, o desafio principal é o ciclo de grandes investimentos não perder sua dimensão estratégica, o que, em termos territoriais, envolveria a capacidade de induzir a consolidação de um complexo econômico regional, configurando seus “polo de desenvolvimento”, inclusive com novas centralidades do ponto de vista decisório. A políticas públicas de fomento não podem apenas se basear em critérios microeconômicos associados à redução de custos operacionais e à atração de novos investimentos. A simples viabilidade econômica de um empreendimento não o justifica. Isso seria correto na lógica do negócio, mas, na lógica do interesse público, o fundamental são os efeitos sobre a macroestrutura econômica regional e nacional. Em suma, é preciso planejar a periferia da RM do Rio de Janeiro dentro de um projeto de país, e cada projeto de investimento deve ser decidido e executado dentro de um conceito maior do desenvolvimento econômico do território.

A principal e mais duradoura vantagem competitiva de qualquer economia regional não é uma lista de atributos isolados (logística, mão de obra, questão tributária etc.). Especificamente, como, décadas atrás, ensinou Hirschman (1961), a mais importante vantagem competitiva é o seu próprio tecido produtivo como um todo articulado, com amplos efeitos de encadeamentos e poder próprio de arrasto dinâmico. Por essa razão, uma estratégia de desenvolvimento deve ir além de viabilizar os planos de negócios associados aos empreendimentos considerados âncoras. Caso contrário, a ação pública ficará presa às expectativas mais momentâneas, inclusive às falsas euforias sugeridas pelos sinais mais aparentes e imediatos de um possível ganho empresarial.

Para que isso não ocorra, é preciso que o estado seja reestruturado mais profundamente, a ponto de ampliar o horizonte de decisões para além do ambiente de negócios. Em particular, a finalidade do planejamento não pode ser confundida com a da gestão, ou encará-la como algo subordinado a ela. Caso contrário, a capacidade indutora do estado se revelará bastante limitada e dependente dos cenários delineados pelo mercado de consultorias especializadas. Inversamente, o setor público, nas diversas esferas de poder (federal, estadual e municipal), ainda carece de organizar amplos quadros técnicos, com servidores públicos concursados e que trabalhem de forma integrada, baseados em metas de industrialização para as próximas décadas. Nesse sentido, é fundamental um estado que não sacrifique os desafios de longo prazo diante de instabilidades no curto prazo, logo, com um poder de ação que não se resuma à lógica de uma equipe de governo redefinida ao sabor dos ciclos políticos e pressões privadas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1987.
- BRITTO, J. **Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: BNDES-Fepese, 2010. (Relatório de Pesquisa).
- CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- _____. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO CELSO FURTADO, 2., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 44.905, de 11 de agosto de 2014. Institui a Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro e o Grupo Executivo de Gestão Metropolitana e dá outras providências. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, p. 1, 12 ago. 2014.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO RIO DE JANEIRO. **Decisão Rio 2008-2010**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2008.
- _____. **Decisão Rio 2010-2012**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2010.
- _____. **Decisão Rio 2011-2013**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2011.
- _____. **Decisão Rio 2012-2014**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2012.
- _____. **Decisão Rio 2014-2016**. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2014.
- HIRSCHMAN, A. **Estratégia de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

OSORIO, M. (Coord.). **Políticas de desenvolvimento econômico e social**: plano diretor estratégico de desenvolvimento do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: governo do estado do Rio de Janeiro, 2011.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RIBEIRO, L. C. Q. Transformações da estrutura socioespacial: segmentação e polarização na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, n. 1, p. 13-42, 1999.

SOBRAL, B. L. B. **Metrôpole do Rio e projeto nacional**: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

ANEXO ESTATÍSTICO

GRUPO DE TABELAS 1

Ranking dos dez setores mais importantes no que diz respeito ao número de empregos formais nos municípios da periferia da RM do Janeiro (2012)

Setores	Niterói	Setores	Duque de Caxias
Total de atividades econômicas	188.861	Total de atividades econômicas	172.989
Total dos dez principais setores (69,38% do total do emprego)	131.032	Total dos dez principais setores (71,03% do total do emprego)	122.891
Comércio varejista	31.386	Comércio varejista	27.764
Educação	22.756	Transporte terrestre	17.929
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	12.754	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	17.171
Administração pública, defesa e seguridade social	12.600	Administração pública, defesa e seguridade social	17.009
Atividades de atenção à saúde humana	11.671	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	10.404
Alimentação	9.547	Alimentação	9.231
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	9.203	Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	6.500
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	7.813	Educação	6.408
Transporte terrestre	7.524	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros	6.310
Construção de edifícios	5.778	Atividades de atenção à saúde humana	4.165

Fonte: Rais/MTE.

Setores	São Gonçalo	Setores	Nova Iguaçu
Total de atividades econômicas	111.881	Total de atividades econômicas	100.771
Total dos dez principais setores (70,29% do total do emprego)	78.645	Total dos dez principais setores (75,93% do total do emprego)	76.516
Comércio varejista	27.150	Comércio varejista	23.949
Administração pública, defesa e seguridade social	13.469	Administração pública, defesa e seguridade social	20.512
Transporte terrestre	10.543	Transporte terrestre	5.959
Educação	7.202	Educação	5.843
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	4.936	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	4.070
Atividades de atenção à saúde humana	3.750	Alimentação	3.894
Alimentação	3.564	Fabricação de produtos químicos	3.602
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	3.033	Atividades de atenção à saúde humana	3.162
Serviços especializados para construção	2.571	Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	2.914
Obras de infraestrutura	2.427	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	2.611

Fonte: Rais/MTE.

Setores	São João de Meriti	Setores	Belford Roxo
Total de atividades econômicas	58.166	Total de atividades econômicas	32.597
Total dos dez principais setores (80,74% do total do emprego)	46.966	Total dos dez principais setores (84,85% do total do emprego)	27.660
Comércio varejista	13.564	Administração pública, defesa e seguridade social	10.222
Transporte terrestre	8.295	Comércio varejista	7.126
Administração pública, defesa e seguridade social	6.593	Transporte terrestre	3.609
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	5.486	Educação	2.027
Alimentação	3.213	Construção de edifícios	1.120
Educação	2.988	Fabricação de produtos químicos	1.028
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	2.789	Atividades de atenção à saúde humana	695
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1.594	Serviços especializados para construção	634
Atividades de atenção à saúde humana	1.231	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	620
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	1.213	Alimentação	579

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Itaboraí	Setores	Nilópolis
Total de atividades econômicas	44.272	Total de atividades econômicas	19.483
Total dos dez principais setores (81,33% do total do emprego)	36.007	Total dos dez principais setores (82,89% do total do emprego)	16.150
Obras de infraestrutura	14.989	Administração pública, defesa e seguridade social	5.101
Comércio varejista	5.745	Comércio varejista	4.454
Administração pública, defesa e seguridade social	4.383	Educação	1.610
Serviços de arquitetura e engenharia	2.373	Transporte terrestre	1.126
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	1.851	Atividades de atenção à saúde humana	1.107
Transporte terrestre	1.778	Alimentação	748
Alimentação	1.639	Fabricação de produtos alimentícios	521
Serviços especializados para construção	1.201	Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	506
Educação	1.107	Construção de edifícios	496
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	941	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	481

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Magé	Setores	Queimados
Total de atividades econômicas	22.339	Total de atividades econômicas	26.209
Total dos dez principais setores (78,30% do total do emprego)	17.492	Total dos dez principais setores (86,08% do total do emprego)	22.563
Comércio varejista	6.316	Obras de infraestrutura	10.021
Administração pública, defesa e seguridade social	6.256	Fabricação de produtos alimentícios	4.032
Educação	903	Comércio varejista	2.956
Fabricação de bebidas	807	Administração pública, defesa e seguridade social	2.195
Transporte terrestre	804	Educação	855
Serviços especializados para construção	675	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	586
Atividades de atenção à saúde humana	461	Transporte terrestre	571
Alimentação	443	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	554
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	431	Serviços especializados para construção	409
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	396	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	384

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Seropédica	Setores	Mesquita
Total de atividades econômicas	12.453	Total de atividades econômicas	15.689
Total dos dez principais setores (85,87% do total do emprego)	10.694	Total dos dez principais setores (81,89% do total do emprego)	12.849
Administração pública, defesa e seguridade social	3.047	Transporte terrestre	3.485
Educação	2.707	Administração pública, defesa e seguridade social	2.327
Comércio varejista	1.421	Comércio varejista	2.325
Transporte terrestre	897	Atividades de vigilância, segurança e investigação	1.031
Obras de infraestrutura	631	Educação	785
Extração de minerais não metálicos	493	Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	763
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	481	Atividades de atenção à saúde humana	657
Fabricação de produtos alimentícios	479	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	544
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	291	Correio e outras atividades de entrega	501
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	247	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	431

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Paracambi	Setores	Japeri
Total de atividades econômicas	4.395	Total de atividades econômicas	6.014
Total dos dez principais setores (83,79% do total do emprego)	3.683	Total dos dez principais setores (87,27% do total do emprego)	5.249
Administração pública, defesa e seguridade social	1.374	Administração pública, defesa e seguridade social	3.070
Comércio varejista	1.231	Comércio varejista	826
Educação	231	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	299
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	182	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	212
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	155	Educação	170
Alimentação	142	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	164
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	132	Serviços especializados para construção	150
Atividades de atenção à saúde humana	103	Transporte terrestre	129
Atividades de serviços financeiros	67	Atividades de atenção à saúde humana	121
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	66	Coleta, tratamento e disposição de resíduos	108

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Guapimirim	Setores	Tangará
Total de atividades econômicas	4.636	Total de atividades econômicas	3.861
Total dos dez principais setores (79,48% do total do emprego)	3.685	Total dos dez principais setores (81,11% do total do emprego)	3.132
Administração pública, defesa e seguridade social	1.210	Administração pública, defesa e seguridade social	986
Comércio varejista	870	Comércio varejista	481
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	557	Atividades de atenção à saúde humana	411
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	341	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	310
Alimentação	160	Transporte terrestre	266
Educação	135	Alimentação	180
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	132	Obras de infraestrutura	131
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	98	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	130
Transporte terrestre	97	Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	128
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros	85	Extração de minerais não metálicos	109

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Cachoeiras de Macacu	Setores	Maricá
Total de atividades econômicas	9.257	Total de atividades econômicas	12.597
Total dos dez principais setores (82,03% do total do emprego)	7.594	Total dos dez principais setores (84,93% do total do emprego)	10.699
Administração pública, defesa e seguridade social	2.728	Comércio varejista	4.035
Comércio varejista	1.588	Administração pública, defesa e seguridade social	2.651
Serviços de arquitetura e engenharia	748	Transporte terrestre	1.206
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	668	Educação	798
Fabricação de bebidas	574	Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	515
Atividades de organizações associativas	319	Fabricação de produtos alimentícios	457
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	281	Alimentação	406
Alimentação	281	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	237
Educação	215	Construção de edifícios	216
Transporte terrestre	192	Atividades de atenção à saúde humana	178

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Itaguaí	Setores	Rio Bonito
Total de atividades econômicas	38.452	Total de atividades econômicas	21.399
Total dos dez principais setores (86,38% do total do emprego)	33.216	Total dos dez principais setores (68,17% do total do emprego)	14.589
Obras de infraestrutura	11.249	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	3.671
Administração pública, defesa e seguridade social	9.226	Administração pública, defesa e seguridade social	2.585
Comércio varejista	4.138	Comércio varejista	2.228
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	1.948	Serviços especializados para construção	1.629
Construção de edifícios	1.614	Atividades de atenção à saúde humana	1.126
Alimentação	1.371	Transporte terrestre	985
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.167	Obras de infraestrutura	899
Transporte terrestre	1.127	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	532
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	718	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	503
Educação	658	Educação	431

Fonte: Rais/MTE.

GRUPO DE TABELAS 2

Ranking dos dez setores industriais mais importantes no que diz respeito ao número de empregos formais nos municípios da periferia da RM do Rio de Janeiro (2012)

Setores	Niterói	Setores	Duque de Caxias
Total de atividades econômicas	188.861	Total de atividades econômicas	172.989
Total de empregos na indústria (10,1% do total de empregos no município)	19.119	Total de empregos na indústria (18,6% do total de empregos no município)	32.184
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	9.203	Fabricação de produtos químicos	3.214
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2.841	Fabricação de produtos alimentícios	2.742
Atividades de apoio à extração de minerais	1.235	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2.732
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1.056	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	2.591
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	831	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.318
Total dos cinco principais setores industriais (79,31% do total do emprego industrial)	15.166	Total dos cinco principais setores industriais (42,24% do total do emprego industrial)	13.597

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Itaguaí	Setores	Rio Bonito
Total de atividades econômicas	38.452	Total de atividades econômicas	21.399
Total de empregos na indústria (8,06% do total de empregos no município)	3.101	Total de empregos na indústria (8,29% do total de empregos no município)	1.775
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.167	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	503
Extração de minerais não metálicos	376	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	321
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	263	Fabricação de produtos alimentícios	292
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	257	Fabricação de produtos têxteis	128
Metalurgia	233	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	91
Total dos cinco principais setores industriais (74,04% do total do emprego industrial)	2.296	Total dos cinco principais setores industriais (75,21% do total do emprego industrial)	1.335

Fonte: Rais/MTE.

Setores	São Gonçalo	Setores	Nova Iguaçu
Total de atividades econômicas	111.881	Total de atividades econômicas	100.771
Total de empregos na indústria (13,6% do total de empregos no município)	15.254	Total de empregos na indústria (12,9% do total de empregos no município)	13.014
Fabricação de produtos alimentícios	2.383	Fabricação de produtos químicos	3.602
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1.925	Fabricação de produtos alimentícios	1.121
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1.824	Fabricação de móveis	1.038
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.243	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	985
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1.118	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	944
Total dos cinco principais setores industriais (55,67% do total do emprego industrial)	8.493	Total dos cinco principais setores industriais (59,09% do total do emprego industrial)	7.690

Fonte: Rais/MTE.

Setores	São João de Meriti	Setores	Belford Roxo
Total de atividades econômicas	58.166	Total de atividades econômicas	32.597
Total de empregos na indústria (8,93% do total de empregos no município)	5.196	Total de empregos na indústria (8,25% do total de empregos no município)	2.690
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1.594	Fabricação de produtos químicos	1.028
Fabricação de produtos alimentícios	844	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	620
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	647	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	309
Impressão e reprodução de gravações	311	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	208
Fabricação de produtos químicos	251	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	128
Total dos cinco principais setores industriais (70,18% do total do emprego industrial)	3.647	Total dos cinco principais setores industriais (85,24% do total do emprego industrial)	2.293

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Itaboraí	Setores	Nilópolis
Total de atividades econômicas	44.272	Total de atividades econômicas	19.483
Total de empregos na indústria (11,90% do total de empregos no município)	5.297	Total de empregos na indústria (7,47% do total de empregos no município)	1.456
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	1.851	Fabricação de produtos alimentícios	521
Fabricação de máquinas e equipamentos	477	Fabricação de produtos diversos	222
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	407	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	187
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	375	Fabricação de produtos químicos	99
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	319	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	69
Total dos cinco principais setores industriais (64,73% do total do emprego industrial)	3.429	Total dos cinco principais setores industriais (75,41% do total do emprego industrial)	1.098

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Magé	Setores	Queimados
Total de atividades econômicas	22.339	Total de atividades econômicas	26.209
Total de empregos na indústria (12,0% do total de empregos no município)	2.684	Total de empregos na indústria (26,1% do total de empregos no município)	6.859
Fabricação de bebidas	807	Fabricação de produtos alimentícios	4.032
Fabricação de produtos alimentícios	283	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	586
Fabricação de produtos químicos	258	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	554
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	219	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	384
Extração de minerais não metálicos	204	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	358
Total dos cinco principais setores industriais (65,98% do total do emprego industrial)	1.771	Total dos cinco principais setores industriais (86,22% do total do emprego industrial)	5.914

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Seropédica	Setores	Mesquita
Total de atividades econômicas	12.453	Total de atividades econômicas	15.689
Total de empregos na indústria (14,20% do total de empregos no município)	1.775	Total de empregos na indústria (9,35% do total de empregos no município)	1.467
Extração de minerais não metálicos	493	Fabricação de produtos alimentícios	344
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	481	Fabricação de máquinas e equipamentos	344
Fabricação de produtos alimentícios	479	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	182
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	79	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	126
Fabricação de produtos químicos	73	Edição e edição integrada à impressão	103
Total dos cinco principais setores industriais (90,42% do total do emprego industrial)	1.605	Total dos cinco principais setores industriais (74,91% do total do emprego industrial)	1.099

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Paracambi	Setores	Japeri
Total de atividades econômicas	4.395	Total de atividades econômicas	6.014
Total de empregos na indústria (16,7% do total de empregos no município)	734	Total de empregos na indústria (12,3% do total de empregos no município)	742
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	182	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	212
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	155	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	164
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	132	Fabricação de produtos diversos	100
Metalurgia	54	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	71
Fabricação de produtos diversos	50	Fabricação de produtos alimentícios	49
Total dos cinco principais setores industriais (76,71% do total do emprego industrial)	560	Total dos cinco principais setores industriais (80,32% do total do emprego industrial)	596

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Guapimirim	Setores	Tanguá
Total de atividades econômicas	4.636	Total de atividades econômicas	3.861
Total de empregos na indústria (15,7% do total de empregos no município)	730	Total de empregos na indústria (17,9% do total de empregos no município)	692
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	341	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	310
Fabricação de produtos alimentícios	64	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	130
Fabricação de máquinas e equipamentos	59	Extração de minerais não metálicos	109
Metalurgia	54	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	60
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	42	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	31
Total dos cinco principais setores industriais (76,71% do total do emprego industrial)	560	Total dos cinco principais setores industriais (92,48% do total do emprego industrial)	640

Fonte: Rais/MTE.

Setores	Cachoeiras de Macacu	Setores	Maricá
Total de atividades econômicas	9.257	Total de atividades econômicas	12.597
Total de empregos na indústria (14,70% do total de empregos no município)	1.363	Total de empregos na indústria (9,79% do total de empregos no município)	1.234
Fabricação de bebidas	574	Fabricação de produtos alimentícios	457
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	281	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	237
Fabricação de produtos alimentícios	129	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	118
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	78	Fabricação de produtos diversos	83
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	42	Extração de minerais não metálicos	81
Total dos cinco principais setores industriais (81,00% do total do emprego industrial)	1.104	Total dos cinco principais setores industriais (79,09% do total do emprego industrial)	976

Fonte: Rais/MTE.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Elisabete de Carvalho Soares

Laura Vianna Vasconcellos

Luciana Bastos Dias

Luciana Nogueira Duarte

Thais da Conceição Santos Alves (estagiária)

Vivian Barros Volotão Santos (estagiária)

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Glaucia Soares Nascimento (estagiária)

Vânia Guimarães Maciel (estagiária)

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

